



**UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA:
GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE
CONFLITOS**



VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS NA CIDADE DA PRAIA: os casos dos bairros Achada Santo António e Terra Branca

Maria Teresa Oliveira Cabral

Praia – Cabo Verde
Outubro – 2018

Maria Teresa Oliveira Cabral

**VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS NA CIDADE DA
PRAIA: os casos dos bairros Achada Santo António e Terra Branca**

Dissertação apresentado ao colegiado do Curso de Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos, da Universidade de Cabo Verde, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos e Coorientação da Profa. Dra. Sílvia dos Santos de Almeida.

Área de Concentração: Segurança Pública.

Orientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Coorientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*

Praia – Cabo Verde
Outubro – 2018

VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS NA CIDADE DA PRAIA: os casos dos bairros Achada Santo António e Terra Branca

Maria Teresa Oliveira Cabral

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Curso de Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos, da Universidade de Cabo Verde.

Praia, 21 de Outubro de 2018.

Profa. Eufémia Vicente Rocha, *Dra.*
Coordenador do Curso de Mestrado em Segurança Pública:
Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Universidade Federal do Pará
Orientador

Profa. Dra. Silvia dos Santos Almeida
Universidade Federal do Pará
Coorientadora

Professora Doutora Fernandina Lopes
Fernandes, Universidade de Cabo Verde

Professora Doutora Carmelita Afonseca Silva,
Universidade de Cabo VerdeArguente

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos: Sandino, Edson e Igor, que muitas vezes se sacrificaram por minha ausência a quando nos pequenos tempos livres que me podia dedicar à educação deles, mesmo assim deram-me toda a força e encorajamento em prosseguir os meus estudos.

Aos meus familiares, em particular à memória dos meus pais: (António Cabral e Melícia Oliveira), tendo em conta que, se não fosse pelos seus ensinamentos e pelas suas afetividades, não haveria hipótese de realizar este trabalho.

AGRADECIMENTOS

É com profundo reconhecimento que agradeço a todos que me apoiaram, de uma forma ou de outra, na realização deste trabalho. Manifesto a minha elevada gratidão aos meus professores: Doutora Miriam Stefani e Prof. Doutor José Carlos dos Anjos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutor Edson Marcos Leal Soares Ramos, Doutora Sílvia dos Santos de Almeida, Prof. Doutor Luís Fernando Cardoso e Professor Doutor Marcelo Quintino Galvão Baptista, da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Brasil. Em especial, ao Doutor Edson Ramos e Doutora Sílvia Almeida, meu orientador e coorientadora, respetivamente, que me disponibilizaram todos os seus saberes académicos e científicos para que eu alcançasse os objetivos alvitados. Também, não poderia deixar de exprimir o meu reconhecimento ao Professor Doutor Arlindo Mendes e Professor Doutor António de Jesus Tavares, ambos da UNICV, que abnegadamente dedicaram todas as suas competências à realizaram desse Mestrado, dos quais conquistei muito conhecimento e incentivos para a realização dos meus objetivos académicos.

Meus Agradecimentos ao mestre em geografia Gilson Bento Correia e a estatística Thays Suelen Brito Santos, pelo apoio na construção dos mapas e das análises estatísticas.

Agradeço aos meus familiares, que sempre me apoiaram e me impulsionaram na busca de novos desafios.

Não poderia deixar de registar também as minhas considerações aos colegas do curso cuja companhia e camaradagem foram muito importantes para a motivação e incentivo à consecução deste trabalho.

Exprimo ainda a minha gratidão aos Senhores Diretor Nacional da Polícia Nacional, Comandante Regional da Praia e Diretor de Operação e Comunicação, que me disponibilizaram os seus apoios tanto na obtenção de dados estatísticos como no tempo disponíveis para concretizar este estudo. Sem esses materiais este trabalho ficaria incompleto.

Finalmente, eu enalteço a parceria institucional que em cooperação culminou na realização desse curso, pelo que aproveito para agradecer a Universidade Federal do Pará, a Universidade de Cabo Verde, o Ministério da Administração Interna e a Polícia Nacional, contudo, sem essa parceria a materialização desse curso seria praticamente impossível.

Obrigada a todos que de forma direta e ou indireta contribuíram para realização deste trabalho.

A todos o meu sincero obrigado.

ΕΠΪΓΡΑΦΕ

RESUMO

CABRAL, Maria Teresa Oliveira. *Violência entre Parceiros Íntimos na Cidade da Praia: os casos dos bairros Achada Santo António e Terra Branca*. 2018. 83f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos), Uni-CV, Praia, Cabo Verde, 2018.

Importância: A violência é um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto, que pode atingir a integridade física, moral ou psicológica e em casos extremos à vida. A violência entre parceiros íntimos é um exemplo de violência que resulte em morte ou lesão física, moral, sexual, psicológica ou patrimonial. Cabo Verde implementou o plano nacional de combate à violência baseada no género em 2010 e, aprovou a lei especial Contra a Violência Baseada no Género que estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no género. **Objetivo:** objetivo é analisar os possíveis fatores que estão mais diretamente associados à origem da Violência Baseada no Género (VBG) tanto a que ocorre no espaço doméstico como fora dele, na vertente “**Violência contra parceiros íntimos**”, suas consequências, bem como conhecer o perfil das vítimas e dos autores da violência, nos bairros de Achada Santo António e Terra Branca, cidade da Praia – Cabo Verde. **Metodologia:** o estudo foi desenvolvido tendo como perspectiva a pesquisa quanti-qualitativa do tipo exploratória e descritiva. Para isso foi utilizada a técnica análise exploratória de dados para estudo quantitativo e o método análise de conteúdo para estudo qualitativo. **Resultado:** A hipótese – A dominação masculina, a infidelidade, o uso abusivo de álcool, o uso de drogas ilícitas e situação económica são os principais fatores associados à violência de género contra parceiros íntimos nos bairros Achada Santo António e Terra Branca foi provada. Em Cabo Verde, de acordo com o resultado, os dados apontam que as causas associadas à violência de género entre parceiros íntimos nos bairros Achada Santo António e Terra Branca são: Relação do poder (abuso de poder, tanto físico como económico); o uso abusivo do álcool e de outras drogas, a situação económica; ciúmes e desconfiança. Relativamente aos perfis das vítimas maioria está na faixa etária entre os 22 a 35 anos de idade, é do sexo feminino, é solteiro, possui o ensino básico incompleto, tem dois filhos, tem entre os três e cinco anos de relacionamento, é vítima de violência física, psicológica e patrimonial, residem na extensão de Terra Branca, mas especificamente em Bela Vista e Fundo Cobom na Achada Santo António. **Conclusão:** Dos oitenta e oito inquiridores, 72% declararam que sofreram a violência no espaço doméstico, 13 % perto do local do trabalho, 9,8% no espaço da diversão e noturna e 5,2% perto do estabelecimento do ensino. Apesar da maioria dos casos registados de violências ocorrerem com vítimas do sexo feminino, o registo de vítimas do sexo masculino vem crescendo. Nesse sentido, é pertinente a discussão sobre violência entre parceiros íntimos, tendo em vista que, está presente nas mais diversas esferas da sociedade, de modo a contribuir em termos multidisciplinar tanto na elaboração de metodologia e políticas intervencionistas a nível preventivo neste tipo de violência que tem tido a infligir a sociedade em geral.

Palavras-chave: género, violência física, violência doméstica, registo de vítimas do sexo masculino.

ABSTRACT

CABRAL, Maria Teresa Oliveira. Violence among intimate partners in the Praia city: the cases of the neighborhoods of Achada Santo António and Terra Branca. 2018. 83f. Dissertation (Master in Public Security: Management of Social Defense and Mediation of Conflicts). Uni-CV, Praia, Cape Verde, 2018.

Importance: Violence is a behavior that damages the other person, being a living being or object, that can attain physical, moral or psychological integrity and in extreme cases to life. Intimate partner violence is an example of violence that results in death or physical, moral, sexual, psychological or property damage. Cape Verde implemented the national plan to combat gender-based violence in 2010 and approved the Special Law Against Gender-Based Violence, which establishes measures to prevent and repress the crime of gender-based violence. **Objective:** to analyze the possible causes of domestic violence, “gender violence against partners”, in the areas of Achada Santo António and Terra Branca, Praia - Cape Verde and its consequences. **Methodology:** the study was developed with the perspective of the quantitative-qualitative research of the exploratory and descriptive type. For this, we used the technique exploratory data analysis for quantitative study and the content analysis method for qualitative study. **Result:** in the neighborhoods of Terra Branca and Achada Santo António, the majority of victims of intimate partner violence are between the ages of 22 and 35, are female, are single, have incomplete basic education, have two children and have time of affective relationship with their partner between three and five years, are victims of physical, psychological and patrimonial violence, reside in the Extension of Terra Branca and Fundo Cobom in Achada Santo António. **Conclusion:** Although most of the recorded cases of violence occur with female victims, the number of male victims has increased. In this sense, it is pertinent to discuss violence among intimate partners, since it is present in the most diverse spheres of society. In order to contribute to the development of interventionist methods and policies to prevent this type of violence.

Keywords: gender, physical violence, domestic violence, male victim registration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade e percentagem de residente da cidade da Praia, em 2010, por sexo e idade.	40
Tabela 2 – Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Idade, Sexo, Estado Civil e Habilitação Literária, no ano 2012.	47
Tabela 3 – Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Profissão, Naturalidade e Bairro de Residência, no ano 2012.	48
Tabela 4 – Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Tempos de Relacionamento, no ano 2012.	53
Tabela 5 – Contagens e percentuais dos termos mais incidentes dos dados dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Cidade da Praia e das Zonas Achada Santo António e Terra Branca.	38
Figura 2 – Localização da área de estudo - Achada Santo António e Terra Branca.	41
Figura 3 – Distribuição da população residente e agregados familiares dos dez bairros da cidade da Praia com maiores números da população.	41
Figura 4 – Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Local de Residência, no ano 2012.	51
Figura 5 – Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Número de Filhos, no ano 2012.	52
Figura 6 – Nuvem de palavras dos termos mais frequentes da base de dados dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.	58
Figura 7 – Disposição dos códigos por participantes dos dados dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.	60
Figura 8 – Frequência dos index's categoriais nas falas dos 4 participantes, dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.	60
Figura 9 – Análise de Cluster aplicada aos Index' categoriais, dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.	63

LISTA DE ACRÓNIMOS

CRP – Comando Regional da Praia

EBI – Ensino Básico Integrado

GCVBG da PN – Gabinete de Coordenação de Violência Baseada no Género da Polícia Nacional

ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente

ICIEG – Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

INE-CV Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo verde

PN – Polícia Nacional

PNIEG - Plano Nacional para Igualdade Equidade Género

VBG – Violência Baseada no Género

VD – Violência doméstica

Sumário

Keywords: gender, physical violence, domestic violence, male victim registration.	
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE ACRÓNIMOS	x
CAPÍTULO 1 – Considerações gerais.....	13
1.1 INTRODUÇÃO.....	13
1.2. JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA	13
1.3. PROBLEMA DA PESQUISA	14
1.4 OBJETIVOS	15
1.4.1 Objetivo Geral	15
1.4.2 Objetivos Específicos.....	16
1.5 HIPÓTESE	16
1.6 MATERIAL E MÉTODOS.....	17
1.7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2.1. CRONOLOGIA DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS SOBRE O FENÓMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CABO VERDE.....	20
2.2 QUESTÃO DA VIOLÊNCIA: ENTRE TEORIAS E CONCEITOS	22
2.3. CONCEITO DA VIOLÊNCIA	27
2.4. CONCEITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	28
2.5. CONCEITO DA FAMÍLIA	29
2.6. CONCEITO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	31
2.6.1 - CONCEITO DA VIOLÊNCIA DE GÉNERO.....	32
2.7. - ABORDAGENS DAS VIOLÊNCIAS EM CABO VERDE	32
2.8. - TIPOS DE VIOLÊNCIA	Erro! Marcador não definido.2
2.8.1. Violência Física	3Erro! Marcador não definido.
2.8.2. Violência Emocional/Psicológica.....	3Erro! Marcador não definido.
2.8.3. Violência Sexual.....	Erro! Marcador não definido.
2.8.4. Violência Patrimonial	Erro! Marcador não definido.
2.8.5. Assédio Sexual.....	Erro! Marcador não definido.
2.9. AS DIMENSÕES JURÍDICAS DA VIOLÊNCIA.....	35
2.9.1. AUTO DE NOTÍCIA	36
CAPÍTULO 3 – NATUREZA DA PESQUISA	38
3.1. Natureza da Pesquisa.....	Erro! Marcador não definido.

3.2. LOCUS DA PESQUISA	38
3.3. INSTRUMENTOS DE COLETA	42
3.4. PROCEDIMENTO DE COLETA.....	43
3.5. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	45
CAPÍTULO 4 - Violência entre parceiros íntimos na cidade da praia: os casos dos bairros Achada santo António e Terra Branca	
4.1. Análise Descritiva.....	47
4.2. Análise de Conteúdo.....	57
5. Considerações Finais e Recomendações para Trabalhos Futuros	65
5.1. Considerações Finais	65
5.2. Recomendações para Trabalhos Futuros	68
6. Referências Bibliográfica	69
APÊNDICE A	75
APÊNDICE B.....	77
APÊNDICE C.....	79

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1.1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é realizada no âmbito do curso de “Mestrado em Segurança Pública – Gestão da Defesa Social Mediação de Conflitos”, da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), com o objetivo de pesquisar a violência contra parceiro íntimo nas zonas de Achada Santo António e Terra Branca, apresentando as possíveis causas que estão na origem deste fenómeno, suas consequências, realizar um levantamento dos registos de ocorrências realizados por mulheres e homens em decorrência da violência doméstica e de género, na vertente de parceiros íntimos, bem como conhecer o perfil das vítimas e dos autores de violências.

Situada na Costa Ocidental de África, no Atlântico, a cerca de 500 quilómetros do Senegal, a República de Cabo Verde é tida como um dos países mais seguros dessa sub-região africana, devido a sua estabilidade política, económica e social. Porém, de um tempo a esta parte a sociedade cabo-verdiana tem vindo a enfrentar situações relacionadas com a violência urbana, violência baseada no género, delinquência juvenil e criminalidade, que provocam certa instabilidade nas relações sociais e o aumento do sentimento de insegurança nas comunidades, com particular destaque na cidade da Praia. Neste contexto, o problema consiste em investigar os fatores que estão mais diretamente associados à origem da violência entre os parceiros íntimos, abarcando o período de 2012 a 2013, tendo as localidades Achada Santo António e Terra Branca como territórios de influência da pesquisa. Este trabalho justifica-se pela sua relevância científica na discussão e compreensão da violência baseada no género, que são temas transversais do quotidiano das comunidades, que afetam os cidadãos de todos os quadrantes sociais em Cabo Verde.

1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

As nuances pelas quais a violência doméstica se apresenta na sociedade contemporânea traduzem uma linha tênue entre sua naturalização e seu estranhamento. Por muito tempo esse tipo de violência foi considerado estritamente de cunho privado, pertencente ao lar, porém essa temática a tempos vem ganhando notoriedade na sociedade e tornando-se cada vez mais um assunto de carácter público e atual. Os estudos relativos à violência doméstica no casal, em sua maioria, a analisam a partir de uma visão reducionista, que compreendem a violência respaldada

na perspectiva estritamente de gênero, amparada no modelo patriarcal e dicotômico entre o homem e mulher.

No decorrer da pesquisa bibliográfica sobre a violência doméstica, constatou-se que maioria dos estudos se debruça mais pelas vertentes: violência contra a mulher, contra criança e adolescentes, contra idosos, mas pouco se fala de violência contra homens. Na perspectiva de englobar ambos os sexos, pretende-se aqui realizar um estudo sobre a violência contra os parceiros íntimos englobando cônjuges, namorados, amantes enfim, um conjunto de pessoas que estabelecem entre si uma relação amorosa centrada na cumplicidade independentemente de dividirem ou não uma habitação.

Neste contexto, esta pesquisa justifica e tem sua importância devido ao fato de procurar não só conhecer os dados, sobre este fenômeno, mas também conhecer a sua origem, o perfil das vítimas, as motivações dos agressores para essas práticas e as suas consequências.

1.3. PROBLEMA DA PESQUISA

A violência é um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto, pode atingir a integridade física, moral ou psicológica e em caso extremo à vida.

A violência entre parceiros íntimos é um exemplo de violência que resulte em morte ou lesão física, moral, sexual, psicológica ou patrimonial.

Conforme Isabel Dias (2004), certos comportamentos aditivos nomeadamente alcoolismo, (ambos os sexos) estão na origem da violência, afeta não só os parceiros íntimos, sobretudo a família.

Tomando como referência a ideia de Dias (2004), ao afirmar que as principais razões associadas à violência ente cônjuges são: infidelidade e ciúmes e, que de resto, é socialmente esperado que um homem reaja de forma violenta em contexto da infidelidade. Já mulher por sua vez agride o homem por infidelidade e ciúmes, quando este não desempenha o papel instrumental, deixando assim de assegurar a subsistência da família ou quando ela chega ao limite do que é suportável em termos de maus tratos. Realça ainda, que é comum nos dois sexos a representação de que a violência pode estar associada a certos comportamentos aditivos nomeadamente ao alcoolismo, que afeta, sobretudo a família. Em relação à modalidade de violência conjugal, a mesma autora (DIAS, 2004) realça que o homem agride a mulher

fundamentalmente de forma física, enquanto a mulher recorre, sobretudo, à violência verbal ou psicológica.

De acordo com Romero (2011) existem duas emoções primitivas, inerentes à condição humana que perturbam negativamente o comportamento e que estão na origem da violência: o medo e a raiva. Essas emoções são parte da nossa herança animal, uma vez que, levam a atos e comportamentos destrutivos, incompatíveis com o respeito do próximo, além de serem altamente perturbadores do campo psicológico. Ele alega que o ciúme, a inveja, o ódio, o desprezo, a vergonha, a culpa e outros são formas de relação homem-mundo que condenam o sujeito ao sofrimento e ao desentendimento interpessoal. Para este autor, com reação emocional, a raiva está associada à agressividade e como tal é geralmente intensa e fugaz, podendo evoluir, tornar-se persistente e tenaz contra um objeto ou pessoa.

No contexto de Cabo Verde, é importante destacar a implementação, em 2010 do Plano Nacional do Combate à Violência Baseada no Género (PNCVVG) e aprovação da Lei especial VVG que estabelece medidas de prevenção e repressão. Mesmo assim, no ano seguinte (2011), só no Concelho da Praia foi registado 660 ocorrências relativos a violência doméstica e de género, destas 191 foram enquadradas na categoria de maus-tratos a mulher (Direção de Operações e Informações Policiais da PN, 2012).

Desta forma, esta dissertação apresenta duas perguntas a serem respondidas:

Pergunta 1. Que fatores estão mais diretamente associadas à violência contra parceiro íntimo na cidade da Praia?

Pergunta 2: O que está na origem ou associado à tensão entre casais, que depois se remete para os diferentes tipos de violência contra parceiros íntimos?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é analisar os possíveis fatores que estão mais diretamente associados à origem da violência de género e doméstica, na vertente “violência entre parceiros íntimos”, nas zonas de Achada Santo António e Terra Branca, cidade da Praia – Cabo Verde, suas consequências e perfis das vítimas.

1.4.2 Objetivos Específicos

- i)* Analisar os fatores associados à violência contra parceiros íntimos e analisar focos da tensão que leva a passagem da violência verbal à violência física;
- ii)* Realizar um levantamento dos registos de ocorrências realizados por mulheres e homens em decorrência da violência doméstica e de género, na vertente de parceiros íntimos;
- iii)* Caracterizar o perfil das vítimas de violência de género e doméstica na relação entre parceiros íntimos.

De acordo com os dados estatístico recolhido junto ao Gabinete de Coordenação de Violência Baseada no Género (GCVBG), do Comando Regional da Praia (CRP), vinculada à Polícia Nacional (PN), pode-se constatar que só no Concelho da Praia, foram participadas seis cento e setenta (660) ocorrências, relativos à violência doméstica e baseada no género, durante o ano 2011, destas, cento e noventa e um (191) foram enquadradas na categoria de maus-tratos à mulher, durante o mesmo período, segundo dados estatísticos a nível nacional, recolhido junto da Direção de Operações e Informações policiais.

Devido ao facto relatado e à observação da evolução deste fenómeno, como a melhor forma de iniciar essa investigação traçou-se o objetivo geral como forma de compreender os aspetos fundamentais que compõem as causas da violência de género mais precisamente na vertente “violência de género contra o parceiro íntimo”, a partir da análise de dois bairros (Achada Santo António e Terra Branca) na cidade da Praia. Procura-se ainda demonstrar os perfis das vítimas envolvidas nessa questão e analisar os focos de tensão que levam à passagem da violência verbal à violência física entre outros.

Especificamente pretende-se com essa investigação, descortinar as causas da violência contra parceiros íntimos, assim como as consequências da mesma, identificar os perfis das vítimas, e propor ou trazer novas pistas para as reflexões e eventuais soluções desta problemática que aflige a nossa sociedade. Como foi referido na introdução, a violência é um fenómeno que afeta indistintamente todas as camadas sociais, nas quais diferentes formas de violência se manifestam tais como: violência física, psicológica, económica, sexual e outras.

1.5 HIPÓTESE

De acordo com Romero (2011), existem duas emoções primitivas, inerentes à condição humana que perturbam negativamente o comportamento e que estão na origem da violência: o

medo e a raiva. Ele alega que os ciúmes, a inveja, o ódio, o desprezo, a vergonha, a culpa e outros são formas de relação homem-mundo que condenam o sujeito ao sofrimento e ao desentendimento interpessoal. Para Romero (2011), a reação emocional, pondo tónica na raiva encontrando-se associada à agressividade e é geralmente intensa e fugaz, podendo evoluir, tornar-se persistente e tenaz contra um objeto ou pessoa.

Nas Zonas Achada Santo António e Terra Branca pode haver outros indicadores que apontam para os fatores associados à violência dos parceiros íntimos, como por exemplo: a baixa renda e o desemprego. Neste contexto, têm-se como hipótese nesta dissertação que violência de género contra os parceiros íntimos nos bairros Achada Santo António e Terra Branca está associada a infidelidade, ao uso do álcool e drogas ilícitas e à dependência económica. .

1.6 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido tendo como perspetiva a pesquisa quantitativa - qualitativa do tipo exploratória e descritiva, que tem como intuito desvelar o sentido do fenómeno estudado, interpretar e analisar o significado que os sujeitos dão a ele (CRESWELL, 2007). Desta feita, pretendeu-se a partir da partilha entre o fenómeno e os sujeitos, objetos dessa pesquisa, extrair os significados explícitos e implícitos que só podem ser estudados a partir do rigor científico. As informações, decorrentes da aplicação do método qualitativo, foram complementadas com os dados quantitativos, pois estes permitem a quantificação de uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, à correlação de variáveis.

Em termos de procedimentos de coleta de dados, baseou-se na análise documental, entrevistas aberta e semiaberta, aplicação de questionários e para a análise dos dados privilegiou-se na abordagem qualitativa, a análise de conteúdo e na abordagem quantitativa, a análise estatística.

A pesquisa documental foi realizada junto ao Gabinete de Coordenação de Violência Baseada no Género (GCVBG), do Comando Regional da Praia (CRP), vinculada à Polícia Nacional (PN). Onde se realizou o levantamento dos autos de denúncias de Violência Baseada no Género (VBG), tendo como recorte temporal o período de 2009 a 2012.

Preliminarmente realizou-se a pesquisa bibliográfica, com o levantamento da literatura para maior compreensão do fenómeno relativo aos conceitos de Violência Baseada no Género.

Neste sentido, foram explorados artigos de periódicos, livros e materiais disponibilizados na internet e em meio físico.

Na segunda etapa, para o estudo quantitativo iniciou-se a leitura dos autos de denúncias (AD) que fizessem referência aos casos de registo de Violência Baseada no Gênero. Foram identificados no banco de dados do GCVBG do CRP referentes as Zonas Achada Santo António e Terra Branca. Os critérios de inclusão foram: que vítima e autor(a) fossem parceiros íntimos; que a denúncia fosse relacionada à violência doméstica; e que fossem Zonas Achada Santo António e Terra Branca, na Cidade da Praia, Cabo Verde.

Em um terceiro momento, para o estudo na perspectiva quantitativa, procedeu-se a análise descritiva dos dados que evidenciassem o perfil dos agressores (as) e vítimas tendo como referência as seguintes variáveis: idade, faixa etária, escolaridade, ocupação e estado civil; as condicionantes da violência, tipificação criminal e tempo de relacionamento.

No momento seguinte, efetivou-se a análise de entrevistas feitas a mulheres e homens vítimas de VBG/VD e dos questionários com perguntas abertas e fechadas aplicados às vítimas residentes em ASA e Terra Branca, entre os meses de fevereiro e junho de 2013, visando compreender a problemática dos que estão, diretas ou indiretamente, envolvidos na questão em apreço. Para além da revisão bibliográfica, procedeu-se ainda a outras démarches investigativas, designadamente, entrevistas abertas e semiabertas. A par de todos esses procedimentos, optou-se, ainda, por privilegiar a observação dos participantes, (direta e indireta), num cômputo geral de 78 inquiridores, destes, 4 vítimas por gravações e 74 inquirido por questionários com perguntas fechadas e abertas, utilizando para isso, gravador e questionários.

Em seguida foi realizada a leitura dos dados recolhidos a partir da entrevista por aplicação dos questionários e das entrevistas por gravações, sendo esta última fosse realizada para a técnica de análise de conteúdo. Realce Bardin (2011), que esta técnica é para qualificar as vivências e destacar a percepção que o sujeito tem do fenómeno estudado. O método de análise de conteúdo utiliza-se da técnica de interpretação das comunicações, podendo ser verbal e não verbal, valendo-se de categorias e ou temas dos conteúdos das mensagens apreendidas. Pretendeu-se com a técnica, produzir inferências de um texto para o seu conteúdo social de uma forma objetiva.

Para o desenvolvimento do método análise de conteúdo, a pesquisa seguiu as etapas preconizadas por Bardin (2011) que foram: 1) pré-análise: realizaram-se as transcrições das entrevistas, fez-se a leitura minuciosa do material para a sistematização das ideias e o estabelecimento dos indicadores para a interpretação dos dados; 2) exploração do material: procedeu-se a construção da codificação das categorias e temáticas de análise a partir do recorte dos depoimentos, que foram agrupadas em unidades de registros (frases ou parágrafos) para o refinamento em categorias iniciais, intermediárias e finais de acordo com cada temática abordada e 3) tratamento dos dados, inferência e interpretação: realizaram-se as análises do material sistematizado respaldado pelo referencial teórico abordado.

Após o processo de codificação, as categorias iniciais, intermediárias e finais, foram avaliadas por dois juízes, conhecedores da temática da VBG. A avaliação teve como objetivo, julgar adequada ou não a construção das categorias de análise, ressalta-se que foram validadas as categorias que possuíram 75% de concordância entre os juízes.

Destaca-se que todos os dados analisados nesta pesquisa foram previamente autorizados à utilização dos mesmos pelas autoridades competentes e que em hipótese nenhuma os sujeitos dessa pesquisa foram identificados.

1.7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em 5 (cinco) capítulos: O Capítulo 1 destina-se a apresentar a objeto da dissertação, a partir de uma introdução, seguida de justificativa e importância da pesquisa, do problema da pesquisa, dos objetivos geral e específicos, da hipótese e da apresentação inicial dos materiais e métodos utilizados na pesquisa.

No Capítulo 2 a violência baseada no género é discutida a partir de uma cronologia das políticas governamentais sobre o fenómeno da violência doméstica em Cabo Verde, conceituando: violência, violência doméstica, violência contra a mulher, violência de género e família, além disso, são apresentados os tipos mais comuns de violência entre parceiros íntimos, sendo eles, violência física, emocional/psicológica, sexual, patrimonial e moral. Também, são apresentadas as dimensões jurídicas da violência e o conceito de auto de notícia.

O Capítulo 3 é destinado à apresentação completa dos materiais e métodos utilizados na pesquisa. Nele, são vistos natureza da pesquisa, o *locus* da pesquisa, os instrumentos de coleta, os procedimentos de coleta e os procedimentos de análise.

No Capítulo 4 têm-se os resultados da pesquisa e suas discussões. Inicialmente, são mostrados os resultados do estudo quantitativo, a partir da técnica análise exploratória de dados, seguidos os resultados do estudo qualitativo, a partir da análise de conteúdo.

Têm-se no Capítulo 5 as considerações finais e recomendações para Trabalhos Futuros. Finalmente, são apresentadas as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices.

CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO

A violência é um fenómeno que afeta indistintamente as populações de diversas faixas etárias e camadas sociais. A mulher apresenta-se como um segmento populacional mais desprotegido, nas diferentes formas de violência tais como: violência física, verbal/psicológica, económica, patrimonial e sexual. A violência é uma questão da segurança pública, visto que, pode ter correlação com violência: de género, doméstica, juvenil, ligado ao tráfico e consumo de drogas, entre Outras. Afeta todas as camadas sociais, diversas faixas etárias, independentemente situação económica, raça e ou religião. Consequentemente, este fenómeno pode ser encarado como um problema social grave, que requer uma solução mais global e em tempo útil.

2.1. CRONOLOGIA DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS SOBRE O FENÓMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CABO VERDE

1º Momento:

Na primeira República (1975-1990), dentre os avanços registados, ressalta-se que:

(i) em 1975 – o reconhecimento do direito de voto às mulheres, tal com era garantido aos homens;

(ii) 1978 – Criação da Comissão Nacional da Organização das Mulheres de Cabo Verde (CNOMCV);

(iii) 1979 – A ratificação das convenções 100 e 111 da Organização Internacional do trabalho (OIT), estabelecendo o princípio geral de igualdade de remuneração entre homens e mulheres;

1979 – A convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher;

(iv) 1980 – A consagração na primeira constituição, no seu Artigo 25º, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica;

(v) 1980 – A ratificação da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação da Comunidade Económica do Estado África Ocidental (CEDAW);

(vi) 1981 – A criação da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Aprovação dos códigos: da família (1981), de menor (1982), de união de facto e do divórcio de comum acordo (1987) e da interrupção voluntária da gravidez (1986).

(vii) – **2º Momento** 1992 – O Comité de especialistas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, na recomendação no. 19 (comentário nº 6), especifica que a definição de discriminação deve incluir a violência baseada no género “que é a violência direcionada contra as mulheres pelo simples facto de serem mulheres” – (AS MULHERES EM CABO VERDE) na perspetiva de Maritza Rosabal;

1992 – A criação de Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORAB);

2003 – Plano Nacional de ação para os Direitos Humanos;

2010 – Plano Nacional do Combate à VBG – (ICIEG);

2010 – Aprovação da Lei Especial (Assembleia Nacional);

2011 – Criação da Lei 84/VII/2011 (Lei de VBG);

2012 – 1ª Edição da Lei sobre VBG (Versão Anotada 2012) – ICIEG/ONU/FEMMES;

2013 – Criação do Programa Segurança Solidária – MAI;

2014 – 2ª Edição da Lei sobre VBG (Versão Anotada e revista ampliada – ICIG/ONU/Mulher;

2014 – Efetivação da Lei 84/VII/2011 (Lei de VBG);

2014 – Criação de Manual de Boas Práticas Jornalística no combate à VBG;

2015 – Criação de Manual de procedimento policial no caso de denúncia de VBG – MAI/ICIEG;

2015 – Criação de Manual de procedimento das casas do Direitos e dos Centros de Atendimento às vítimas de VBG – Ministério da Justiça / ICIEG.

Não obstante os avanços significativos alcançados no processo de afirmação e emancipação das mulheres em Cabo Verde, especialmente no domínio da igualdade e da equidade de género, o país nos últimos anos, persistem ainda hoje, no contexto democrático, bloqueios socioculturais à promoção da mulher.

Em Cabo Verde as autoridades com a responsabilidade neste âmbito, elaboraram o Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género (2005-2011), onde pela primeira vez o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) inclui no inquérito demográfico sobre a saúde sexual e reprodutiva, questões que permitiram desvendar a situação da violência doméstica em Cabo Verde (ICIEG, 2008). Em 2006 foi elaborado o Plano Nacional de Combate à violência doméstica (2007-2009), foi regulamentado em 2007 o trabalho doméstico no código laboral (CABO VERDE, 2007), nesse Código Laboral, o emprego doméstico é reconhecido como uma categoria profissional.

Ainda na linha do reforço e da promoção da igualdade entre homens e mulheres em Cabo Verde, foram criadas várias instituições e entidades: a Associação para a proteção da família, denominada VERDEFAM, em 1995; a Associação das Mulheres Juristas de Cabo Verde (AMJ), em 2000; a Rede das Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV), em 2002; a Rede das Mulheres Economista de Cabo Verde (REDEMEC), em 2003; a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDHC), em 2004; o Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade e Género (ICIEG) em 2006 e, a Rede Inter Institucional de Atendimento às vítimas de Violência Doméstica (REDE SOL) em 2006.

Segundo Salústio (1999), após a independência houve um trabalho árduo com o objetivo da promoção social da mulher cabo-verdiana, embora só na década de 1980, as mulheres cabo-verdianas tenham passado a integrar-se os poderes da decisão do país, com a eleição, pela primeira vez, uma mulher no parlamento. Ela afirma que nesse período registaram-se grandes avanços e intervenção tanto nacional como internacional.

2.2 QUESTÃO DA VIOLÊNCIA: ENTRE TEORIAS E CONCEITOS

O Problema da violência contra a mulher em Cabo Verde foi assumido como prioridade em resultado da maior visibilidade que vem ganhando nos últimos anos. Como refere Carmelita

Silva (2009), embora a nível mundial a violência de género contra parceiro (a), seja um assunto muito explorado, o mesmo não se pode dizer em relação a Cabo Verde, onde poucas publicações têm sido produzidas e divulgadas nesta matéria. A Autora acrescenta ainda que além da reduzida produção científica, os trabalhos publicados não aprofundaram a questão, apenas deram a conhecer um panorama geral da situação no país. Refere-se neste particular às obras editadas pelo ICF (Instituto da Condição Feminina) em 1999, *Violência Contra Mulher* (SALÚSTIO, 1999) e *Vivendo Barreiras* (OSÓRIO, 1999). *Vencendo Barreira* é uma obra de carácter essencialmente jurídica que se preocupa com o enquadramento legal da questão da violência contra mulher no país, por sua vez, a violência contra as mulheres, aborda a questão entendida enquanto crime, isto é, procura analisar o fenómeno a partir das denúncias feitas junto das instituições judiciais e policiais, focando as formas que assumem, as suas causas e consequências, referindo-se, ainda que de forma breve às perceções que as vítimas e a sociedade, de um modo geral fazem da mesma.

Para além dessas duas publicações, a AMJ (Associação de Mulheres Juristas), divulgou em 2002 *Estudos Sobre a Proteção às Vítimas de Crimes Violentos (em Particular as Mulheres): Relatório provisório* (FONSECA, 2002), cujo objetivo principal consistia em avançar propostas de medidas legislativas e institucionais, atinentes à proteção das vítimas de crimes violentos, em especial as mulheres (FONSECA, 2002).

Segundo Silva (2009), essas publicações retrataram a violência doméstica no quotidiano das mulheres cabo-verdianas referindo-se às práticas culturais e tradicionais que colocam a mulher na posição de submissão em relação aos homens, legitimando desta forma o exercício da violência contra a mulher. Trata-se de uma prática socialmente aceite no país e que segundo Salústio (1999), é geralmente utilizada como recurso educativo e pedagógico.

Além disso, há uma forte tendência para associar a violência à própria forma como a sociedade cabo-verdiana se constituiu. O facto de ser formado por escravos pode, em certa medida, justificar a aceitação social da violência contra a mulher, ainda hoje percebida no país (SILVA, 2009). Tal facto deixa transparecer a situação de discriminação de que a mulher foi alvo ao longo da história.

Essas pesquisas permitiram também afirmar que a violência contra as mulheres não reconhece fronteiras. Afeta indivíduos de todos os estratos sociais, idades, ou níveis de instrução. Em relação ao índice de denúncia de casos de violência por parte das mulheres, mostraram que, apesar de se verificar um aumento nos últimos anos, ela permanece muito baixa. Quanto ao registo dos dados, ambos revelam a mesma preocupação. Chamam atenção ao facto dos dados administrativos de algumas instituições públicas envolvidas diretamente à

problemática da violência não serem discriminados por sexos, o que dificulta o conhecimento da real dimensão do problema no país.

Em Cabo Verde, assim como aconteceu noutras paragens, a violência contra a mulher, sobretudo a que ocorre no quadro da relação conjugal, permaneceu durante um longo período alvo da privacidade familiar. Conforme Silva (2009), só recentemente, como resultado de várias ações desencadeadas por instituições públicas e organizações da sociedade civil, se iniciou o processo de reconhecimento social deste problema.

Neste sentido, o trabalho de Salústio (1999) constitui uma referência norteadora de qualquer pesquisa que se pretende levar a cabo nesta matéria no país. Não justifica, como refere Silva (2009) apenas pelo facto de ser pioneiro, mas, sobretudo pela tentativa de trazer para a análise as diversas formas de manifestação da violência em Cabo Verde, envolvendo aspetos que vão desde homicídio, corpo quebrado, espancamentos e violações sexuais, às práticas culturais e tradicionais que vem legitimando o fenómeno da violência contra a mulher. Ela refere-se ainda aos abusos, ao assédio, à prostituição e às vivências poligâmicas forçadas como sendo outras das formas de manifestação da violência no quotidiano das mulheres cabo-verdianas (SALÚSTIO, 1999).

Ao referir a práticas culturais e tradicionais, ela apresenta o fenómeno da violência como reflexo da dominação masculina legitimada no seio das famílias cabo-verdianas. Na mesma linha de ideia, Osório (1999) defende que ao impor a superioridade masculina, a nossa cultura favorece a violência contra a mulher. No fundo, o que ambos procuram ressaltar é o facto da violência contra a mulher estar inscrita na própria organização da sociedade cabo-verdiana.

Segundo Silva (2009), a violência contra as mulheres assume, entretanto, múltiplas facetas e dimensões, muitos dos casos nem sequer são avaliados, pois não chegam ao conhecimento das instâncias judiciais, por muitas razões, sendo uma delas, porque a própria vítima não os considera motivo para a denúncia ou porque temem a banalização. Essa situação ocorre, sobretudo, nos casos de violência que não deixam marcas visíveis. Refere-se neste particular à agressão psicológica.

Diante disso, Fonseca (2002) chama a atenção para as implicações desses atos e salienta a importância de os analisar de modo articulado, uma vez que, um tipo de violência pode emergir como consequência do outro. Na perspectiva de Fonseca (2002), a violência sexual pode resultar na agressão física e psicológica, trazendo à mulher graves consequências. É neste contexto que Salústio (1999) considerou ser a violência psicológica a mais frequente na sociedade, visto que, acompanha transversalmente todas as outras formas de violência. Daí, a

dificuldade que se tem de estabelecer fronteiras que a demarque das restantes formas de expressão de violência.

Além dessas três publicações torna-se interessante destacar melhorias no ordenamento jurídico. A publicação do Plano Nacional para a Promoção da Igualdade de Género, em 2005, é um instrumento, onde a violência baseada no género aparece como área específica de intervenção. Nesse mesmo ano, o Instituto Nacional de Estatística, por solicitação do ICIEG introduz no Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva um módulo, o IDSR II, um módulo sobre a violência doméstica definindo-a como “uma forma de violência baseada no género, que afeta principalmente as mulheres e acontece no espaço familiar” (INE, 2008). Em todo caso, os resultados desse inquérito do INE, com todas as limitações que estudos desta natureza podem ter, permitiram trazer ao público informações quantitativas fiáveis, que possibilitaram visibilizar e dimensionar a violência de género em Cabo Verde.

O estudo do INE (2008) permitiu comprovar que no exercício da sua autoridade no âmbito familiar, os homens recorriam frequentemente à violência: Mais de 17% das mulheres inquiridas manifestaram que em qualquer momento podem ser objeto de agressão física moderada por parte dos companheiros e mais de 1/5 afirmaram serem vítimas de atos violentos (físicos 16%, emocionais 14%, sexuais 4%) por parte do marido ou companheiro.

De acordo com esse estudo o desencadear dos episódios de violência estavam relacionados fundamentalmente ao mau desempenho das mulheres em tarefas que consideradas da sua responsabilidade exclusiva, tais como cuidar das crianças, dos alimentos entre outras. Mostrou ainda que também “está associada a comportamentos de dominação do marido/companheiro para controlar diversos aspetos da vida da mulher” (INE, 2008, p.203).

Nesta categoria pode-se assinalar o controlo da mobilidade, e do corpo da mulher, evidenciados pelo facto de entre as razões mais frequentes, invocadas como justificadoras da agressão, encontra-se o sair sem dizer nada, ou negar-se a ter relações sexuais.

Carmelita Silva (2009) - Ainda no sentido de evidenciar que a violência expressa relações de poder, reflete-se sobre a perspetiva feminista que, para além de considerar o contexto sócio histórico, também tem em apreço as diferenças de género e de poder na análise da violência. Com base nesta abordagem, toda a discussão em torno da violência é feita tendo em conta a questão de género e do poder. Trata-se de uma perspetiva que centra a análise, no contexto social patriarcal, na desigual distribuição do poder e nos padrões de relações entre homens e mulheres socialmente estruturados e culturalmente mantidos.

Articular a imagem que a mulher constrói sobre a violência por ela vivenciada, no seio da sua conjugalidade com o contexto social onde a mesma se insere, impôs-nos igualmente o

recurso ao interacionismo simbólico. De acordo com as asserções desta abordagem, evidencia-se as relações entre as bases de poder e as suas estratégias de exercícios nos diferentes contextos socioculturais, impondo a submissão da mulher. Com isso, constata-se que a influência da disparidade de recursos sobre o processo de controlo na relação entre os casais, depende, não só dos padrões específicos de interação, como também das características estruturais. É nesta lógica, que se considera de suma importância articular a representação que as mulheres constroem sobre o fenómeno da violência e a interação que se estabelecem com o agressor, o contexto situacional e o universo simbólico em que se inserem.

Ainda, traça-se o percurso histórico da violência contra as mulheres em Cabo Verde, onde se verifica que, embora o país disponha atualmente, de instrumentos jurídicos que salvaguardem os interesses dos que procuram a justiça, a violência continua a fazer parte do quotidiano de muitas mulheres, sobretudo das que têm menor poder aquisitivo. Tal deve-se entender, ao facto de se verificar um certo conservadorismo no que se refere a algumas práticas culturais e tradicionais que colocam a mulher na situação de submissão em relação aos homens.

Com efeito, ao assegurar ao homem o direito de agredir e exercer o controlo sobre a sua esposa ou companheira, confere-se à mulher o dever de aceitar e silenciar tal prática. Pode-se ainda observar que os serviços incumbidos de apoiar as vítimas de violência doméstica da qual inclui a violência conjugal (objeto deste estudo), não estão configurados para dar respostas proactivas de forma eficaz e, neste sentido, se o sistema de justiça criminal e o serviço social não têm capacidade de resposta adequada, o mais provável é que a vítima não tenha outra opção senão permanecer numa relação violenta. Nota-se que há algum trabalho por fazer no sentido de desmistificar mitos e heranças culturais perpetuadoras de relações de dominação que continuam a afetar o país. Silva – (Dissertação, 2009)

Silva (2013) considera que a violência baseada no género é uma das formas mais trágicas de desrespeito pelos direitos humanos, naturalizada ainda hoje em algumas sociedades. As atitudes e comportamentos que reforçam a dominação masculina, são ainda muito visíveis, sobretudo nas sociedades que preservam alguns traços de modelos patriarcais, como é o caso de Cabo Verde. Esta forma de pensar e de estar provoca sempre profundas desigualdades, estabelecendo relações onde normalmente as mulheres e os homens são submetidos a uma forte pressão visando o cumprimento do seu papel, podendo resultar em desigualdades de poder e, por conseguinte na VBG.

Apesar das melhorias no quadro legislativo, da criação e implementação de algumas políticas, das pressões internacionais e de grupos de mulheres e homens, fez notar que ainda na atualidade esse mal social continua a se fazer presente.

Silva (2013), sugere que a violência seja analisada a partir da perspectiva relacional. Segundo a autora, tanto as mulheres como os homens transitam entre agressores e vítimas numa relação conjugal violenta.

Eveline Carvalho (2013), a percepção que as mulheres têm da violência baseada no gênero é ambígua, tendo em conta que, para algumas, as mulheres são as verdadeiras culpadas pela agressão que sofrem, sobretudo porque não agem de acordo com o estipulado pela sociedade, querendo pensar e agir como homem, enquanto há outras que culpabilizam o homem por todas as agressões sofridas, acreditando que o homem é o único culpado pelas violências sofridas ao longo das suas vidas. No entanto, os homens têm uma única percepção da violência, salientando que é um dos atos mais covardes que um homem pode cometer em relação a outro. Apesar de considerarem a sociedade machista, acreditam que a resolução dos problemas que surgem nas relações conjugais não deve ser resolvida com recurso a violência. Em 2006 o ICIEG em parceria com o Ministério de Justiça, elaborou o Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero e em 2010, foi aprovada na generalidade a Lei especial contra a VBG (CABO VERDE, 2011).

2.3. CONCEITO DA VIOLÊNCIA

Sob o ponto de vista etimológico Rodrigues (2007), refere-se que a palavra “Violência” deriva do latim *violentia*, que significa carácter violento ou bravio. Segundo ela, *Vís* significa força em ação, vigor, virilidade, potência violência etc.; *Violere* significa tratar com violência, transgredir profanar entre outros. Para Rodrigues (2007) o termo violência começou a ter sentido a partir do uso dos meios violentos ou não para infligir lesões ou danos nas pessoas ou coisas. Ainda, definiu a violência por coação física ou moral (individual ou coletiva) exercida pelo homem sobre homem.

Dias (2004) admite a violência como um fenómeno comum praticamente em todas as sociedades, ressaltando que a sua definição não é universal, de modo que, cada sociedade tem a sua própria violência, definida segundo os seus próprios critérios que variam de cultura para cultura. Michaud (1989), sublinha a violência por determinada situação de interação, quando um ou vários autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, ou moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. Dominach (1981), realça que o carácter simbólico e metafórico da violência conduziu a que o termo fosse aplicado a qualquer fenómeno

ou comportamento. Assim fala-se, por exemplo, de “violência na rua” de “violência na televisão” de “violência na escola”, de “violência na estrada”, de “violência social”, de “violência institucionalizada”, de “violência política”, de “violência física”, de “violência psicológica”, de “violência pessoal”, entre outras. Para Doron e Parot (2001) a violência física faz reinar a lei do mais forte, oprimindo os indivíduos ou os grupos mais fracos.

2.4. CONCEITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Violência doméstica é uma coação física, psicológica/moral que ocorre no âmbito da casa entre as pessoas familiares ou com algum vínculo de parentesco e este ato poderá ser perpetuado por um membro da família sobre outro membro, ou ainda por pessoas com algum relacionamento com a família (RODRIGUES, 2007).

Ramos (2016), ao comentar sobre a problemática da violência doméstica, afirma que violência familiar foi descrita desde a antiguidade, somente há pouco mais de trinta (30) anos é que o tema vem sendo sistematicamente discutido por pesquisadores e autoridades ligadas ao sistema de Segurança Pública.

Tavares (2012) realça sobre a questão da violência doméstica baseada no gênero, alegando que desde os primórdios da história do homem, a violência sempre esteve presente, quer como condição de defesa, quer como separação e superação de necessidades, o medo, a insegurança, a revolta, a instabilidade social, a redução da autoestima, a depressão e o isolamento são alguns dos prejuízos acarretados pela violência doméstica.

As organizações internacionais começaram a mobilizar-se contra este tipo de violência depois de 1975, época que a ONU (Organização das Nações Unidas) realizou o primeiro dia internacional da mulher. A violência contra o parceiro é um facto que tem acontecido ao longo da história em praticamente todos os países, só que veio atingir o seu maior auge em países com maior prevalência de cultura masculina. A violência doméstica pode ser cometida por diversos perpetradores: parceiros, familiares, entre outros que coabitam no mesmo teto.

Ao longo dos nossos estudos bibliográficos e de acordo com a opinião de vários autores, constata-se que o fenómeno violência doméstica pode ser cometida por diversos perpetradores: familiares, parceiros, entre outros que coabitam no mesmo teto. Neste âmbito, acha-se pertinente contextualizar o conceito da família para completar o ângulo deste estudo.

2.5. CONCEITO DA FAMÍLIA

A Constituição da República de Cabo Verde, no seu Art. 87º, Nº 1, considera que: “A família é um elemento fundamental e a base de toda a sociedade”. No mesmo Art. 87º, Nº 2, declara que, “A família deverá ser protegida pela sociedade e pelo estado de modo a permitir a criação das condições para o cumprimento da sua função social e para a realização pessoal dos seus membros” (CABO VERDE, 2010).

Whaley e Wong (1989) definem o conceito da família como uma estrutura familiar organizada composta por um conjunto de indivíduos socialmente reconhecidos. A família pode então, assumir seguintes estruturas: família nuclear ou conjugal, que consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente familiar comum. Segundo Whaley e Wong (1989), existem também famílias com uma estrutura de pais únicos e/ou monoparental, tratando-se de uma variação da estrutura nuclear tradicional devido a fenómenos sociais, como o divórcio, óbito, abandono de lar, ilegitimidade ou adoção de crianças por uma só pessoa. Salientam ainda que a família ampliada ou extensa (também dita consanguínea) é uma estrutura mais ampla, que consiste na família nuclear, mais os parentes diretos ou colaterais, existindo uma extensão das relações entre pais e filhos para avós, pais e netos. Para estes autores, além destas estruturas, existem também as denominadas de famílias alternativas, sendo elas as famílias comunitárias.

Alarcão (1996), ao referir-se ao desenvolvimento familiar, classifica as famílias nas seguintes estruturas: famílias nucleares; famílias reconstruídas; famílias monoparentais; famílias adotivas; famílias de homossexuais e famílias comunitárias. Para Alarcão (1996) as famílias nucleares, são formadas por: pai, mãe e filhos; famílias reconstituídas, pessoas que tiveram outras famílias (nuclear), ou seja, uma mulher com filhos que se casa com homem sem filhos, vice-versa, mulher com filhos que se casa com homem com filhos. Na nova família podem surgir mais crianças, filhas (os) de ambos, criando numa fatia composto por: os meus, os teus e os nossos. Alarcão (1996), ressalta que as famílias reconstituídas se originam fundamentalmente, a partir de situações do divórcio e separações. Nessas situações, os filhos têm que aceitar a decisão dos adultos em que não podem intervir, cujo resultado não tinha que ser necessariamente aquele. Mas se os adultos deixarem e os filhos quiserem, é possível continuar a ter os dois pais, mesmo que só se viva com um deles e, possivelmente com um padrasto ou uma madrasta. O que é importante, é que os filhos possam fazer o luto pela família

passada. Caso contrário eles vão criar grandes dificuldades à nova estrutura familiar, fazendo assim, para que as coisas corram mal. No caso da morte, a perda é definitiva, ainda que habitualmente, ninguém tenha decidido que assim acontecesse. O luto é, no entanto, de idêntica importância da sua resolução para a qualidade das novas relações.

Para Alarcão (1996), um dos desafios que o novo casal, ou seja, a nova família tem que enfrentar é a construção de novos padrões de relação e de novas regras de funcionamento familiar. Ela designa-se por monoparentais onde a geração dos pais está apenas representada por um único elemento. Pode acontecer porque um dos progenitores abandonam a casa, e o que se mantém não volta a casar-se ou porque a mãe solteira fica com os filhos ou adota uma criança. Adotivas, famílias que acolheram no seu seio crianças e adolescentes que não têm laços de sangue com aqueles pais, mas que lhe estão ligados por laços afetivos e legais. Neste âmbito, Cabo verde encontra-se próxima das ideias desses autores Alarcão (1996) e Whaley e Wong (1989), quanto aos conceitos e classificações relativamente à família, embora se fale pouco de famílias homossexuais e comunitárias. Em relação a esta última existem algumas Instituições (públicas e privadas) que podem ser consideradas famílias alternativas, mas com o tempo e idades limitadas, isto é, ainda existe somente para as crianças, adolescentes e jovens adolescentes, como exemplos o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), SOS, etc. Contudo, na lei de VBG (CABO VERDE, 2010), fala-se da casa do abrigo, mas na prática ainda não existe.

Em Cabo Verde a violência masculina no interior das famílias cabo-verdianas está socialmente legitimada e repassada de geração em geração. Os agressores mais comuns são oriundos de famílias com trajetórias de violência doméstica. A dominação masculina está naturalizada, a relação é estruturada na forma da violência simbólica. A honra é vista de forma diferente, isto é, o homem “basofo”, machão, é aquele que tem várias mulheres e muitos filhos. Muitas vezes quando a mãe desse homem é alertada pela mãe da namorada caso, esta estiver grávida, a mesma usa as seguintes expressões: “o meu bode é solto, marra a sua cabra”. Feito isso, quem irá responsabilizar-se para educação e sustento desse filho é a mãe e /ou avó materna, visto que, a mulher tem filho porque quer e, é a única responsável.

Existe o pai que nem dá o nome ao filho, nem o conhece ou conhece-o muito tarde. Em Cabo Verde, há risco de irmãos namorarem-se, manterem relação sexual e, até terem filhos, tendo em conta que, muitos não se conhecem uns aos outros ou se conhecem adultos. O modelo

da família cabo-verdiana é monoparental, na sua maioria formada por mãe e filhos, avós e netos e/ou mãe filhos e padrasto e raras vezes por pai, filhos e madrasta. Contudo, com a emancipação das mulheres cabo-verdianas, as mesmas resolveram fazer o mesmo, e/ou por fim o relacionamento, aí, a situação é vista de forma diferente, isto é, a mulher é conotada de “pichinginha, puta, entre outros nomes”. O marido, companheiro ou namorado não aceita o adversário e/ou o término do relacionamento, o que muitas vezes acaba em tragédia tais como: perseguição ameaça de agressão e de morte, agressão física e até à morte.

Cabo Verde não foge estas ideias, tendo em conta que até 1974, a mulher era considerada inferior aos homens, ou seja, a inferioridade social das mulheres cabo-verdianas era acentuada, sem que elas pudessem usufruir de qualquer proteção e não se encontravam legalmente protegidas, o que contribuía para a sua subalternização em relação aos seus maridos e /ou companheiros, ficando vulneráveis a qualquer tipo de violência por partes destes.

Em Cabo Verde, os papéis sociais que sempre foram reservados às mulheres são: chefiar a casa, educar os filhos e administrar a economia familiar. Com isso, torna-se um pouco difícil para que elas possam assumir a afirmação social.

2.6. CONCEITO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Miriam Grossi (1995) salienta que a expressão violência contra a mulher foi utilizada primeiramente pelo movimento social feminista há pouco mais de vinte anos. Segundo ela essa expressão refere-se a situações tão diversas como a violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, o estupro, o abuso sexual de meninas, o assédio sexual no local de trabalho, a violência contra a homossexualidade, o tráfico de mulheres, o turismo sexual, a violência étnica e racial, a violência cometida pelo Estado, por ação ou omissão, a mutilação genital feminina, a violência e os assassinatos ligados ao dote, o estupro em massa nas guerras e conflitos armados etc.

Pierre Bourdieu (1989) fez um estudo sobre “Dominação Masculina”, onde afirma que os homens realizam seus ritos místicos e usufruem dos prazeres suspeitos do poder e da dominação, enquanto nós mulheres, nos vemos fechadas em casa da família. Bourdieu (1989) vê a dominação e o modo como é imposta e vivenciada, na forma da submissão paradoxal, resultante daquilo que ele chama de “violência simbólica”.

Dado o facto de que é o princípio da visão social que constrói a naturalidade da visão que a alicerça, cai-se numa relação circular que encere o pensamento na evidência de relação da dominação inscrita no mesmo tempo. A força particular da sociedade masculina vem do fato de ela acumular e consolidar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.

Bourdieu (2002) realça que a dominação do homem sobre a mulher é exercida por meio de uma violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre o dominador e dominado, determinado pelos esquemas práticos dos habitus. Ele descreve a violência simbólica como um ato sutil, que oculta relações de poder que alcançam não apenas as relações entre os géneros, mas, toda a estrutura social. Bourdieu (2002), realça que a violência simbólica é que ocorre por símbolos e sinais de poder, de discriminação e de dominação.

2.7. - CONCEITO DA VIOLÊNCIA DE GÉNERO

Silva e Celeste Fortes (2011), consideram que a violência de género é o resultado das relações de poder desequilibrados, manifestadas tanto no espaço privado como nos espaços públicos. Segundo elas, a violência de género não se configura só como a violência dos homens sobre as mulheres como pessoas individuais, pois ela existe na sociedade e tem múltiplas facetas.

2.8. - ABORDAGENS DAS VIOLÊNCIAS EM CABO VERDE

A lei de VBG (CABO VERDE, 2011), Artigo 3º, c, define a violência baseada no género como “todas as manifestações de violência física e psicológica, quer se traduzam em ofensas à integridade física, à liberdade sexual, ou em coação, ameaça, privação de liberdade ou assédio, assentes na construção de relação de poder desiguais, designadamente pelo ascendente económico, social, cultural ou qualquer outro, do agressor relativamente ao ofendido”.

2.8.1. TIPOS DE VIOLÊNCIA

Em Cabo Verde, a lei especial contra VBG que inclui nela a violência quando ocorre no âmbito da unidade doméstica, da família entre outras, considera-se violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e assédio sexual.

2.8.2. Violência Física

A subcategoria violência física, refere-se aos comportamentos abusivos que causem danos à integridade física da vítima. Os atos violentos podem ser socos, empurrões, puxões de cabelo, mordidas, chutes, utilização de arma branca e de fogo, jogar objetos, estrangular entre outras.

Em Cabo Verde, aproximadamente à ideia dos autores: Costa, Machado e Antunes (2011), a violência física é considerada uma das formas mais severas de violência, por vezes podendo levar até a morte da vítima. É de salientar que, independente do tipo de relacionamento, a violência física é um grave problema que prejudica a vida humana.

Em Cabo Verde a violência física é praticada por meio de: Bofetadas, socos, pontapés, apertar o pescoço, empurrar, puxar o cabelo, beliscar, bater com objetos, armas, arremessar pedras entre outros, qualquer conduta que ofenda o corpo ou a saúde da vítima (CABO VERDE, 2011).

2.8.3. Violência Emocional/Psicológica

Considera-se violência emocional/psicológica como um comportamento abusivo que se caracteriza por condutas ameaçadoras que causem sofrimento para a vítima que pode ser de forma verbal, escrita, a partir de gestos intimidadores e ainda situações que tenha como intenção “denegrir, chamar nomes, criticar, manipular, humilhar, fazer sentir culpa, reforçar homofobia internalizada” (PITILLI, 2016, p.10).

Qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição de autoestima, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da vítima, que vise degradar ou controlar as suas ações, crenças e decisões, mediante ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto chantagem, ridicularização, exploração, desonra, descrédito, menosprezo do valor pessoal e dignidade bem como a limitação do ir e vir (CABO VERDE, 2011). Alguns exemplos práticos: gritar, usar palavras vulgares; criticar chamando nomes, falando asneiras, fazendo gozos; chantagens e acusações falsas; ameaças, intimidar, isolar dos contactos com os amigos, vizinhos ou familiar.

2.8.4. Violência Sexual

Qualquer conduta praticada para a libertação ou instinto sexual, envolvendo ameaça, intimidação, coação, fraude, colocação deliberada da vítima em situação de inconsciência ou impossibilidade de resistir, ato sexual não só com penetração, mas também qualquer outra forma de contacto sexual, limitando ou anulando o exercício os seus direitos sexuais e reprodutivos (CABO VERDE, 2011).

2.8.5. Violência Patrimonial

Em relação à violência patrimonial, que constitui a última subcategoria deste agrupamento, de um modo geral, caracteriza-se por comportamentos e ameaças da agressora na direção à vítima que tenham o objetivo de causar perdas e destruição de bens matérias, retenção de documentos e objetos pessoais (CABO VERDE, 2011).

Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos económicos da vítima, incluindo os destinados a satisfazer as suas necessidades (CABO VERDE, 2011).

2.8.6. Assédio Sexual

Qualquer conduta praticada por qualquer pessoa, tendo autoridade ou influência sobre outrem, faz depender nomeadamente a contratação, permanência no trabalho, renovação do contrato, promoção ou aquisição de quaisquer outros privilégios, assim como bolsas de estudos, subsídios ou outros benefícios relevantes para si ou quem dela dependa, da obtenção de favores sexuais para si ou para terceiro (CABO VERDE, 2011).

2.9. - AS DIMENSÕES JURÍDICAS DA VIOLÊNCIA

Em termos legislativos cabe destacar que a Constituição da República define que “Todos os cidadãos têm igual dignidade social, e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser

privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, religião, condições sociais, e económicas ou convicções políticas ou ideológicas” (CABO VERDE, 2010, Art. 24).

O princípio da igualdade também está salvaguarda no Código de Família que, por sua vez, atribui a ambos os cônjuges igualdade de direitos e deveres na família e estabelece o exercício conjunto do poder paternal por ambos os progenitores. Em relação a tarefas domésticas, a sua repartição deve ser efetuada de comum acordo, respeitando o princípio da igualdade de direitos e deveres dos cônjuges (CABO VERDE, 1997).

Relativamente aos direitos e deveres dos cidadãos, Cabo Verde reconhece e defende os direitos consagrados na declaração universal dos direitos humanos, sem qualquer discriminação sexista, tendo aderido por outro lado diversas convenções internacionais para a eliminação da discriminação contra a mulher.

Até os finais de 2010, a violência doméstica (contra parceiros) era enquadrada na lei de maus tratos ao cônjuge de acordo com o Artigo 134º, do Código Penal cabo-verdiano (CABO VERDE, 2003). Foi considerado crime semipúblico, dependia meramente da denúncia e ou participação de uma única vontade da própria vítima. Esta podia retirar a queixa quando pretendesse até ao momento do julgamento (CABO VERDE, 2003).

Com a criação da Lei Nº 84/VII/2011, Lei de VBG (CABO VERDE, 2011), a violência doméstica/violência de género passou a ser crime público, pode ser denunciada por qualquer instituição pública ou privada, e pela pessoa individual e não é possível a sua retirada.

A Lei Nº 84/VII/2011 (CABO VERDE, 2011) teve a sua efetivação graças à intervenção de várias instituições públicas, privadas, Organizações e Associação nacionais e internacionais, nomeadamente: ICIEG (Instituto Cabo-verdiano, Igualdade Equidade Género), PN (Polícia Nacional), AMJ (Associação Mulher Jurista), OMCV (Organização das Mulheres Cabo-verdianas), MP (Ministério Público), ME (Ministério da Educação, MS (Ministério de Saúde), ONU (Organização das Nações Unidas), MJ (Ministério da Justiça), RMP (Rede das Mulheres Parlamentares), REDEMEC (Rede das Mulheres Economistas, CNDH (Comissão Nacional dos Direitos Humanos), ONGs (Organizações não Governamentais) e Embaixadas: Americana, Portuguesa, entre outras.

Reuniram-se em encontros, devido aos vários crimes de homicídios passionais ocorridos nos anos 2007 a 2009, levando consigo muitas vidas humanas deixando revolta na capital da cidade da Praia. Desses encontros, saíram os resultados de proposta da criação da nova lei de VBG, que só veio a concretizar-se em Março de 2011, enquadrando nela a Violência doméstica. Esta lei ainda trouxe grande inovação, visto que, antes o crime de violência doméstica era um crime de carácter semipúblico, passou a ser um crime de carácter público, dando maior visibilidade e celeridade no processo, tratamento do agressor e a existência de casa de abrigo. A outra inovação é que os namorados e amantes acabaram por ser integrados na lei de VBG (CABO VERDE, 2011).

2.9.1. AUTO DE NOTÍCIA

Sempre que uma autoridade judiciária, um órgão de polícia criminal ou outra entidade policial presenciar qualquer crime de denúncia obrigatória, levantará ou mandará levantar auto de notícia, onde mencionarão os factos que constitui a infração, o dia, a hora, o local e as circunstâncias relevantes em que foi praticada, o que puder averiguar sobre a identificação do infrator e dos ofendidos, bem como os meios de prova conhecidos, nomeadamente as testemunhas que puderem depor sobre os factos, Art. 63º do CPP de Cabo Verde (CABO VERDE, 2005).

Em suma, Auto de notícia é um documento elaborado pelos juízes, magistrados do Ministério Público ou pelas autoridades policiais, sempre que tenham presenciado qualquer crime de denúncia obrigatória, dando início a um processo de investigação.

O auto de notícia deverá ser assinado por quem o levantou ou mandou levantar, pelas testemunhas quando for possível e pelo infrator, se o quiser fazer. O auto de notícia será obrigatoriamente remetido ao Ministério Público no mais curto prazo de tempo e valerá como denúncia.

2.9.2. Denúncia ao Ministério Público

A denúncia ao Ministério Público será obrigatória para as autoridades policiais, quanto aos crimes de tomem conhecimento, e para quais outras autoridades ou Agentes da

Administração Pública, quanto a crimes de que tomem conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas, Art.º 60º do CPP de Cabo Verde (CABO VERDE, 2005).

A denúncia poderá ser feita verbalmente, por escrito ou qualquer outro meio de comunicação, e conterá, sempre que possível, exposição sucinta dos factos e das circunstâncias em que eles se deram e possam interessar ao processo penal, a identificação e outros elementos relevantes dos agentes do crime, a identificação dos ofendidos e os nomes, a residência e quaisquer outros elementos relevantes das testemunhas que existam ou relativos a outros meios de prova.

A denúncia verbal será reduzida a auto e assinada por quem a receber e pelo denunciante, devidamente identificado, observando-se, correspondentemente o disposto no Nº 3 do Artigo 123º do CPP de Cabo Verde (CABO VERDE, 2005).

CAPÍTULO 3 – NATUREZA DA PESQUISA

3.1. Natureza da Pesquisa

A pesquisa realizada foi de natureza exploratória e descritiva, visando uma maior aproximação, caracterização e descrição da problemática relativa à violência doméstica entre parceiros íntimos. Para Gil (2008), a pesquisa exploratória tem a premissa de elucidar, desenvolver e explorar novas ideias, e a descritiva visa descrever as características de um dado fenômeno estudado. Sendo seus conteúdos trabalhados por meio da teoria das representações sociais, os quais permeiam o campo da subjetividade e do simbolismo (MINAYO; SANCHES, 1993).

A pesquisa tem natureza quantitativa sendo do tipo exploratória e descritiva. Onde Malhotra (2001) explica que a pesquisa exploratória é utilizada para casos nos quais necessita-se maior precisão para definição do problema, com o objetivo de prover critérios e compreensão. Já a pesquisa descritiva tem o intuito de descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo possíveis relações entre as variáveis analisadas, além disso, as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2008).

A pesquisa qualitativa visa analisar o propósito da ação, estudando-a enquanto inserida em um contexto. Corresponde a investigar ideias e desvendar o significado das interações sociais, segundo a perspectiva das partes intervenientes neste processo. Para Teixeira (2013), na pesquisa qualitativa, o pesquisador tem a finalidade de diminuir a distância entre os dados e a teoria. As experiências pessoais do pesquisador são importantes para análise e compreensão dos fenômenos estudados.

3.2. LOCUS DA PESQUISA

A cidade da Praia é a capital de Cabo Verde, país-arquipélago no Oceano Atlântico, a oeste do Senegal. Está localizada a sul da ilha de Santiago (Figura 1). Apresenta fronteiras com o Concelho de São Domingos a Nordeste e com o Concelho de Ribeira Grande de Santiago a Sudoeste.

Figura 1. Localização da Cidade da Praia e das Zonas Achada Santo António e Terra Branca.



Fonte: Correia (2016), elaborado com base nos dados do INGT, CMP e Google Earth.

A cidade da Praia é o maior centro urbano e populacional do país, comportando uma população residente de 130.187 habitantes, sendo 66.763 do sexo feminino (51,29%) e 63.424

do sexo masculino (48,71%), pode-se observar também que a maioria da população tem idade de 15 a 64 anos (64,83%) (Tabela 1).

Tabela 1. Quantidade e percentagem de residente da cidade da Praia, em 2010, por sexo e idade.

Idade	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
<15	20540	15,78	20550	15,78	41090	31,56
15 a 64	43282	33,25	41119	31,58	84401	64,83
≥65	2941	2,26	1755	1,35	4696	3,61
Total	66763	51,29	63424	48,71	130187	100,00

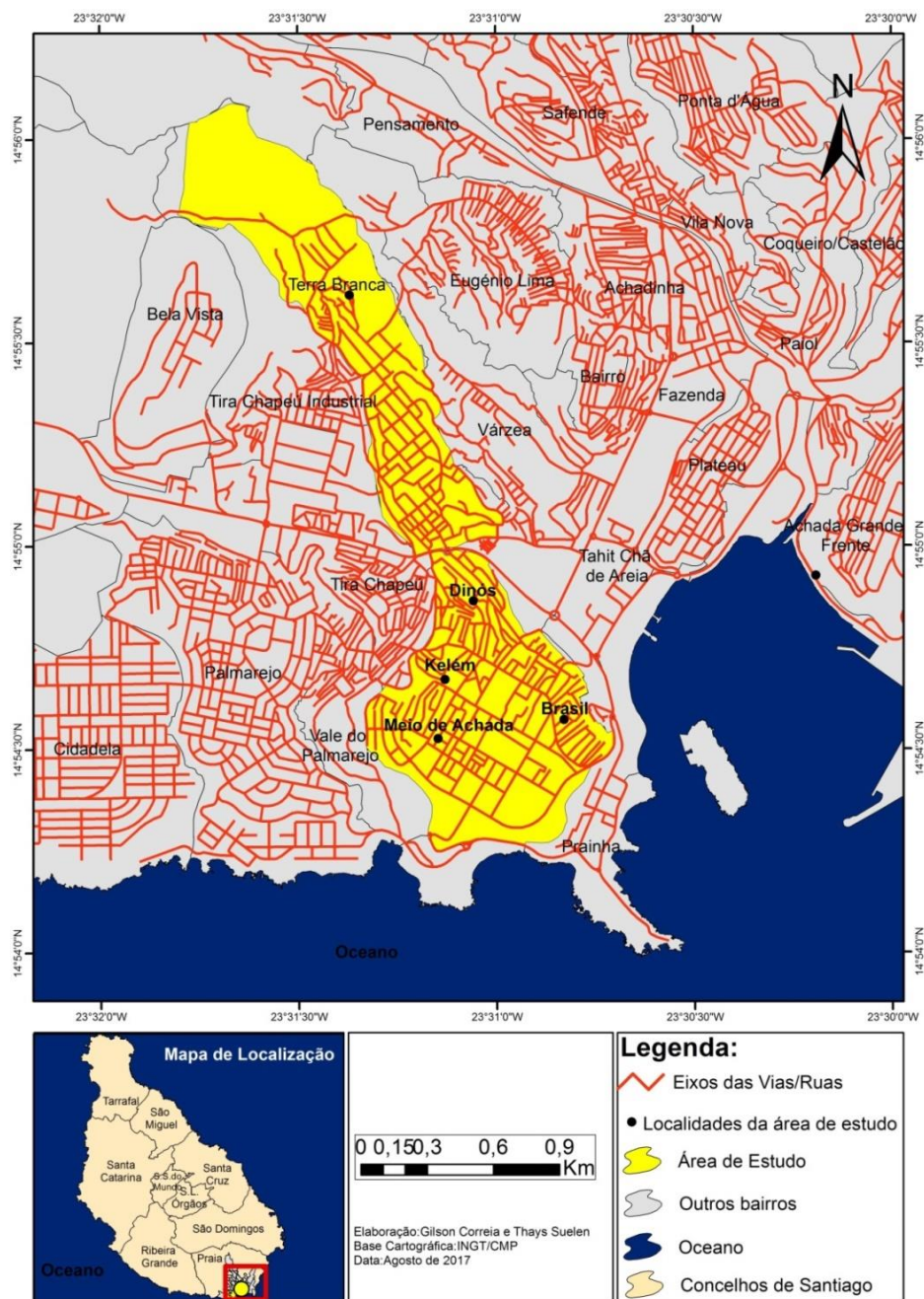
Fonte: INE (2010).

De acordo com os dados cartográficos do Instituto Nacional de Gestão Territorial (INGT) e Câmara Municipal da Cidade da Praia (CMP), Achada Santo António e Terra Branca são bairros que se localizam a sul e noroeste, respetivamente, da cidade da Praia (Figura 2).

Os dois bairros do estudo, adaptado ao ritmo de crescimento da cidade da Praia, foram crescendo de forma heterogênea em relação ao processo de urbanização, tendo alcançado contornos crescentes a partir dos anos noventa do Século XX, quando houve aumento brusco da população que acabou empurrando as pessoas para as áreas de expansão da cidade, em especial, com a elevação do país à independência nacional (ALVES, 2014). Segundo Alves (2014), percebe-se que a partir desse período pós-colonial a cidade da Praia ofereceu maiores oportunidades de emprego em relação às outras partes do território do país, o que atraiu a deslocação de grande quantidade de mão-de-obra das outras ilhas e do interior de Santiago em busca de trabalho e melhores condições de vida na capital do país. Foi assim, que a maioria dos bairros sofreu uma expansão das construções e crescimento de uma forma caótica.

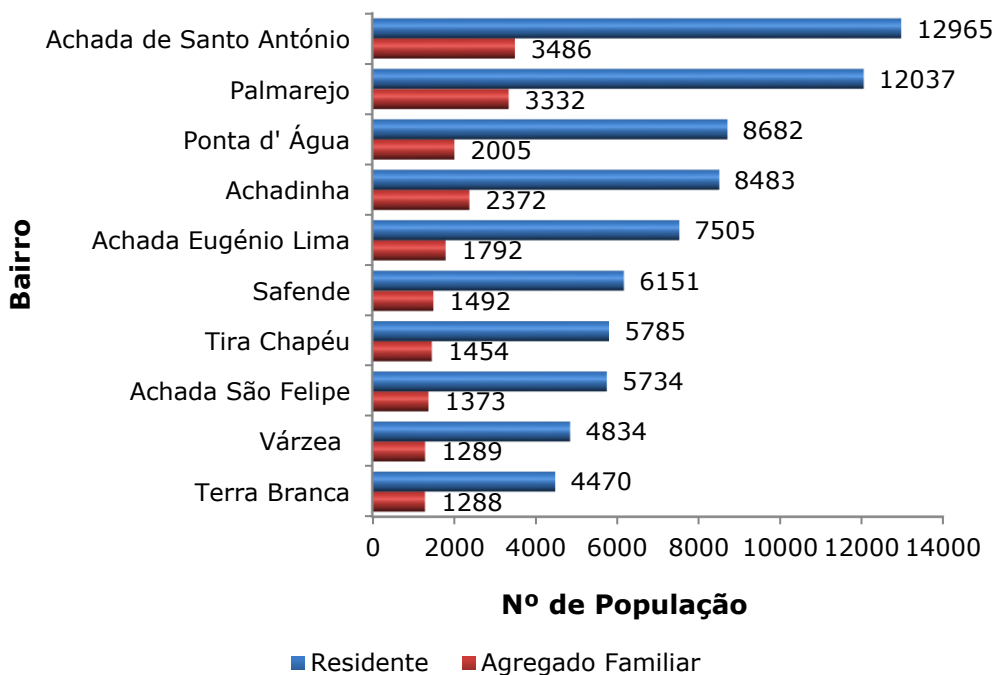
De acordo com o Censo de 2010 do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2010), a cidade da Praia tem uma taxa de desemprego, estimada em 11,30%, superada apenas por São Vicente com 14,80% e superior a média nacional que era de 10,70% (INE, 2010). A camada da população mais afetada pelo desemprego pertence à faixa etária dos 15 aos 24 anos, de ambos os sexos, com uma taxa de 25%. Essa taxa de desemprego é mais elevada no sexo feminino (INE, 2010).

Figura 2. Localização da área de estudo - Achada Santo António e Terra Branca.



Fonte: Correia (2016).

Figura 3. Distribuição da população residente e agregados familiares dos dez bairros da cidade da Praia com maiores números da população.



A partir da Figura 3, pode-se observar a distribuição da população residente e agregados familiares de dez bairros da cidade da Praia com maiores números da população (INE, 2010). Verifica-se que Achada Santo António possui uma população de 12.965 indivíduos, o que corresponde a 16,91% da população da cidade da Praia, distribuídos por cerca de 3.486 agregados familiares (17,54%) (INE, 2010). Terra Branca possui uma população de 4.470 indivíduos, distribuídos por cerca de 1.288 agregados familiares (INE, 2010).

3.3. INSTRUMENTOS DE COLETA

Para os estudos quantitativo e qualitativo efetivou-se aplicação de questionários (Apêndice C) e entrevistas semiestruturadas (Apêndice C) às vítimas de VBG das Zonas Achada Santo António e Terra Branca e aos técnicos da Rede Sol (PN, ICIEG e MJ) entre os meses de fevereiro e junho de 2013, visando compreender a problemática dos que estão diretas ou indiretamente, envolvidos na questão em apreço. Para além da revisão bibliográfica, procedeu-se, ainda, a outras démarches investigativas, designadamente, entrevistas abertas e semiabertas. A par de todos esses procedimentos, optou-se, ainda, por privilegiar a observação dos participantes, (direta e indireta), utilizando para isso, gravador e questionários.

Esse estudo se trata de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva, visando uma maior aproximação, caracterização e descrição da problemática relativa à

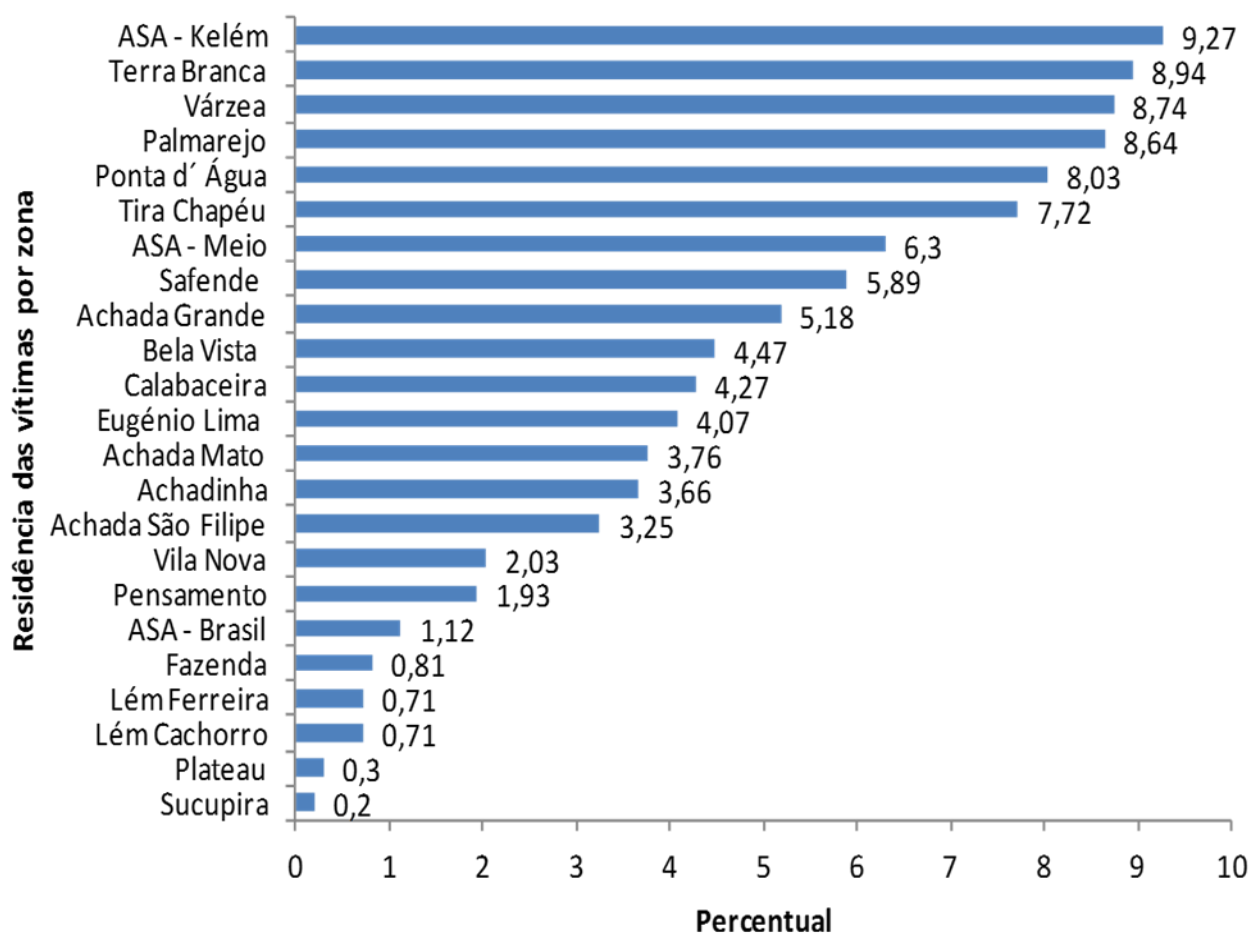
violência entre parceiros íntimos. Segundo Minayo (2007) o método qualitativo responde questões particulares, preocupam-se com a realidade dos significados, crenças, valores e atitudes, correspondendo um nível mais profundo das relações humanas que não pode ser quantificado. Além disso, para Gil (2011), a pesquisa exploratória tem a premissa de explicar, desenvolver e explorar novas ideias, e a descritiva visa descrever as características de um dado fenômeno estudado.

3.4. PROCEDIMENTO DE COLETA

A pesquisa documental foi realizada junto ao Gabinete de Coordenação de Violência Baseada no Gênero (GCVBG), do Comando Regional da Praia (CRP), vinculada à Polícia Nacional (PN). Onde se realizou o levantamento dos autos de denúncias de Violência Baseada no Gênero (VBG) e Violência Doméstica (VD), tendo como recorte temporal o período de janeiro a dezembro de 2012.

A partir das análises estatísticas sobre as denúncias registadas sobre a Violência Doméstica (VD)/VBG no CRP, verificou-se que durante o ano 2012, registou-se novecentos e oitenta e quatro (984) casos, destes, setecentos e trinta e dois (732), estão relacionados com à violência de género e doméstica contra parceiros íntimos. Seiscentos e cinquenta e seis (656) são violência contra mulheres e setenta e seis (76) violências contra homens, tendo maior saliência nas vítimas residentes nos bairros ASA, seguido Terra Branca, (ver figura a indicar), daí surgiu o interesse para a pesquisa nos dois bairros.

A figura 4 apresenta os registos de VBG/VD, no ano 2012 em percentual das vítimas por zona de residência.



Preliminarmente realizou-se a pesquisa bibliográfica, com o levantamento da literatura para maior compreensão do fenómeno relativo aos conceitos de Violência Baseada no Género e Violência Doméstica respetivamente. Neste sentido, foram explorados artigos de periódicos, livros e materiais disponibilizados na internet e em meio físico.

Na segunda etapa, para o estudo quantitativo iniciou-se a leitura dos autos de denúncias (AD) que fizessem referência aos casos de registro de Violência Baseada no Género. Foram identificados no banco de dados do GCVBG do CRP. Os critérios de inclusão foram: vítimas de ambos os sexos, fossem parceiros íntimos; que a denúncia fosse relacionada às violências de género e doméstica; que residem nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, na Cidade da Praia, Cabo Verde.

Após o levantamento das denúncias registadas sobre a violência baseada no género e doméstica, foram selecionadas, por meio de sorteio, oitenta e oito (88) vítimas de violência contra parceiros íntimos, definidas a partir das técnicas de amostragem aleatória simples e

amostragem aleatória estratificada por sexo, considerando erro amostral máximo de 10% (BOLFARINE, BUSSUB, 2005). Como forma de respeitar as normas e o limite das margens de erro, foram entrevistadas setenta e nove (79) vítimas do sexo feminino e nove (9) vítimas do sexo masculino, sendo quarenta e nove (49) residentes no bairro da ASA e trinta e nove (39) residentes no bairro de Terra Branca.

Utilizou-se o software (Microsoft Excel) para a construção do banco de dados e das tabelas o que contribuiu para utilização da técnica estatística de Análise Descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

Além disso, foram entrevistadas 2 homens e 2 mulheres, que foram vítimas de violência dos seus parceiros íntimos. No intuito de preservar a identidade das entrevistadas, foram atribuídos nomes fictícios. A pesquisa teve como campo de investigação os casos dos bairros Achada Santo António e Terra Branca da Cidade da Praia – Cabo Verde.

A coleta dos dados foi realizada entre os meses de fevereiro e junho de 2013, no Gabinete de atendimento à vítima de VBG/VD no Comando Regional da Praia (CRP) da Polícia Nacional de Cabo Verde. A escolha das entrevistadas obedeceu aos seguintes critérios: (a) que vítima e autor da violência fossem parceiros íntimos; (b) que a denúncia fosse relacionada à violência de género e doméstica; (c) e que fossem residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, na Cidade da Praia, Cabo Verde; (d) estar lúcida e capaz de responder aos instrumentos de produção dos dados; (e) concordar em participar das pesquisas. As entrevistas foram registadas por gravação do celular (somente voz) e transcritos na íntegra. Antes de iniciar as entrevistas, deu-se ciência às participantes sobre os objetivos da pesquisa, sendo-lhes fornecido para leitura e posterior assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa em questão, por envolver seres humanos, exige uma especial atenção relativa às questões éticas. Assim sendo, é relevante esclarecer que: 1) os sujeitos da pesquisa não foram identificados por seus nomes oficiais, assim como suas informações foram mantidas em inteiro sigilo, considerando que seus relatos só tem sentido como parte do conjunto global das informações; 2) todos os dados coletados foram previamente autorizados pelas autoridades competentes; e 3) os pesquisadores assumem toda e qualquer responsabilidade pelas informações divulgadas pela pesquisa.

3.5. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Para a análise inicial foi utilizada a técnica análise exploratória de dados que descreve as informações de modo simples, direto e objetivo. Segundo Magalhães e Lima (2011), a

técnica tem como objetivo a organização, caracterização e síntese dos dados permitindo descrever as características de interesse a ser trabalhada. Segundo Bussab e Morettin (2013), a análise exploratória de dados, é uma técnica estatística que tem a função de organizar, descrever e resumir os dados, apresentando as características importantes do conjunto de dados, por meio de gráficos, tabelas e medidas de síntese. Procedeu-se a análise descritiva dos dados que evidenciassem o perfil dos agressores (as) e vítimas tendo como referência as seguintes variáveis: Idade (em anos); Faixa Etária (16 a 21; 22 a 35; 36 a 45; > 45); Sexo (Feminino; Masculino); Escolaridade (E.B. I Incompleto; E.B. I. Completo; E.M. I.; E.M.S.; E.U.); Ocupação (Desempregada; Vendedeira ambulante; Funcionária; Empregada doméstica; Trabalhador; Trabalhadeira; Funcionário; Balconista; Estudante; Cozinheira; Cabeleireira; Segurança/vigilante (empresa privado); Aposentado); Estado Civil (Solteiro(a); Casado(a)); Naturalidade (Nossa Sra. da Graças – Praia; São Filipe – Fogo; São Lourenço dos Órgãos; Estrangeiras; Mosteiro – Fogo; Santa Catarina de Santiago; Nossa Sra. da Luz - São Vicente; São Salvador do Mundo; Brava; Ribeira Grande - Santo Antão; Santa Maria – Sal; Tarrafal de Santiago; Paúl - Santo Antão); Bairro de Residência (Achada Santo António; Terra Branca); Local de Residência (Terra Branca – Extensão; Asa – Fundo Cobom; Terra Branca – Centro; Asa – Kelém; Asa – Brasil; Asa – Dinós; Asa – Meio); Número Filho (Sem filho; Um; Dois; Três; Quatro; Cinco; Mais de Cinco) e Tempo de Relacionamento (Menos de um ano; Entre 1 a 2 anos; Entre 3 a 5 anos; Entre 6 a 10 anos; Mais de 10 anos).

Para o desenvolvimento do método de análise de conteúdo, a pesquisa seguiu as etapas preconizadas por Bardin (2011) que foram: (i) **pré-análise**: realizaram-se as transcrições das entrevistas, fez-se a leitura minuciosa do material para a sistematização das ideias e o estabelecimento dos indicadores para a interpretação dos dados; (ii) **exploração do material**: procedeu-se a construção da codificação das categorias e temáticas de análise a partir do recorte dos depoimentos, que foram agrupadas em unidades de registros (frases ou parágrafos) para o refinamento em categorias iniciais, intermediárias e finais de acordo com cada temática abordada; e (iii) **tratamento dos dados, inferência e interpretação**: realizaram-se as análises do material sistematizado respaldado pelo referencial teórico abordado.

Após o processo de codificação, as categorias iniciais, intermediárias e finais, foram avaliadas por dois juízes, conhecedores da temática da VBG. A avaliação teve como objetivo, julgar adequada ou não a construção das categorias de análise, ressalta-se que foram validadas as categorias que possuíram 75% de concordância entre os juízes.

Na aplicação da Análise de Conteúdo (AC) no corpus da pesquisa, em relação aos dados qualitativos, utilizou-se 2 técnicas, a saber: (1) frequência de palavras; (2) agrupamentos semânticos por index categorial. Ressalta-se que apesar de ser uma técnica de análise qualitativa, a AC permite também outputs quantitativos (BARDIN, 2011). Utilizou-se o software NVIVO 10 para o desenvolvimento de todas as análises.

Destaca-se que todos os dados analisados nesta pesquisa foram previamente autorizados à utilização dos mesmos pelas autoridades competentes e que em hipótese nenhuma os sujeitos dessa pesquisa foram identificados.

CAPITULO 4 – Violência entre parceiros íntimos na cidade da praia: os casos dos bairros Achada Santo António e Terra Branca

4.1. Análise Descritiva

Observa-se que a maioria das vítimas está na faixa etária entre os 22 a 35 (62,5%), é do sexo feminino (89,8%), é solteiro(a) (88,6%) e possui o ensino básico incompleto (59,1%) (Tabela 2).

Tabela 2. Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Idade, Sexo, Estado Civil e Habilitação Literária, no ano 2012.

Variável	Categoria	Percentual
Idade (anos)	16 a 21	5,7
	22 a 35	62,5
	36 a 45	22,7
	> 45	9,1
Sexo	Feminino	89,8
	Masculino	10,2
Estado Civil	Solteiro(a)	88,6
	Casado(a)	11,4
Habilitação Literária	E.B. I Incompleto	59,1
	E.B. I Completo	30,7
	E.M. I	4,5
	E.M. S	3,4
	E.U	2,3
Total		100,0

Fonte: Autora (2018).

Para Osis et al. (2012), a violência atinge todos os períodos do ciclo da vida, levando-a ao desenvolvimento de problemas de saúde física e mental, mas em virtude dos modelos culturais e do estereótipo criado sobre o corpo, a mulher, na idade entre 11 e 31 anos, chama a atenção por estar dentro dos padrões criados por esses modelos. Para Gomes e Diniz (2008), o corpo da mulher chama a atenção da figura masculina por ser considerado belo, e, além disso, provoca nos homens sentimentos que despertam um caráter dominador.

De acordo com pesquisa do Brasil (2015), 38% afirmaram que tinham até 19 anos de idade quando foram agredidas pela primeira vez; 39%, de 20 a 29 anos idade; 14%, de 30 a 39 anos de idade; 8%, de 40 a 49 anos de idade; 1%, de 50 a 59 anos de idade; e 1%, 60 anos de idade ou mais. A faixa etária com mais ocorrência, portanto, é a que vai dos 20 aos 29 anos de idade (39%), o que corrobora com os resultados desta pesquisa.

A mulher é a maior vítima por conta de uma cultura patriarcal reproduzida pela sociedade em que o homem é considerado um ser superior por sua virilidade, coragem, agressividade e principalmente por ser considerado o provedor do lar, logo a mulher é considerada um ser frágil estando sempre associada aos afazeres domésticos e à educação dos filhos (GOMES et al., 2007).

De acordo com IBGE (2009), quando o assunto é agressão física e notificação à polícia, estudo do sobre vitimização e justiça, demonstrou que dentre as ocorrências de agressões cuja autoria envolvia cônjuge e ex-cônjuge, 2% vitimizaram homens e 25% vitimizaram mulheres, como justificativa para a subnotificação, as vítimas declararam não considerar a situação importante, temiam represália ou não queriam envolver a polícia, isso pode indicar que o problema da subnotificação é uma realidade enfrentada pela segurança pública, o que se acredita ser ainda mais expressivo quando o assunto são as violências sofridas pelos homens.

Oliveira e Gomes (2011) verificaram que no Brasil a atenção dispensada aos homens em violência conjugal é bastante tímida em relação a outros países, internacionalmente são mais frequentes ocorrendo desde 1980, enquanto no Brasil apontam que no ano de 2006 das 286 publicações sobre violência de gênero, apenas 7% referiram-se a estudos envolvendo o homem, representando 16 estudos.

Para Soares (2012) a denominação de violência por parceiros íntimos é uma terminológica que permite abordar a reciprocidade das relações íntimas podendo qualquer dos

envolvidos serem autores dessa violência, tanto o homem quanto a mulher, tendo em vista que são bastante diferenciadas, quer seja na forma, na intensidade, na frequência nos contextos e significados que produzem.

Dias (2010), comenta que muitas das mulheres agredidas sofrem silenciosamente e não pedem ajuda. É difícil dar um fim à situação de violência em que vivem, sentem-se envergonhadas e outras dependem emocionalmente ou financeiramente do companheiro agressor; muitas acreditam ter acontecido “só daquela vez” ou, no fundo, imaginam-se culpadas pela violência; outras se calam em função dos filhos, ou até mesmo por medo de apanhar e sofrer ainda mais; temem em prejudicar o agressor, que pode ser preso ou censurado pela sociedade. O que se torna alarmante é o caso de muitas mulheres ou a maioria delas que retornam aos seus lares e respectivos companheiros, mesmo após a denúncia jurídica (DIAS, 2010).

Cavill e Fursman (2011) mencionam dados fornecidos pelo Crown Prosecution Service, órgão britânico responsável por levar crimes investigados pela polícia aos tribunais, mostram que quase 4 mil mulheres foram presas por cometer violência doméstica no ano de 2010, em contraste com 1,5 mil em 2005, representando um aumento de 169%, com elevação no número de condenações de 28 mil, em 2005, para 55 mil em 2010. Vilarinho (2013) constata a partir dos números oficiais da Direção-Geral da Administração Interna, de Portugal, que das mais de 26 mil vítimas de violência doméstica, 15,5% são homens.

Na pesquisa de Furtado (2016), sobre Género em Cabo Verde, observa-se a maioria das vítimas de violência doméstica são solteiras com muitos filhos, enfrentando problemas diversos problemas de ordem social, muitas delas provedoras da família, já que os companheiros não exercem nenhuma responsabilidade neste sentido (sendo que muitas vezes os filhos são resultados de vários relacionamentos, e, conseqüentemente, marcados pela ausência paterna).

No estudo realizado por Ramos *et al.* (2011), sobre o perfil de vítimas de violência doméstica em cidade do Brasil, nota-se que ao se falar do estado civil das vítimas, verifica-se resultado semelhante aos encontrados neste estudo, já que a maioria se declarou solteira (56,50%). Em Ramos *et al.* (2011), observa-se, ainda, que algumas mulheres declararam ter uma união estável, ou seja, embora não oficializado o relacionamento com o seu parceiro, eles moram juntos e vive uma situação de casal. Além disso, quase 8,0% das mulheres vítimas de violência já havia se separaram do seu companheiro.

Em relação, ao que se refere à habilitação literária das vítimas, a maior parte das mesmas é habilitada com o ensino básico incompleto, mas isto não significa que só esta classe é que padece do fenómeno violência doméstica ou de género contra o/a parceiro(a), mas sim, são elas quem recorre ao pedido de apoio quer policial e / ou em outras instituições que lidam com este problema.

Tabela 3. Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Profissão, Naturalidade e Bairro de Residência, no ano 2012.

Variável	Categoria	Percentual
Ocupação	Desempregada	45,5
	Vendedeira ambulante	14,8
	Funcionária	9,1
	Empregada doméstica	4,5
	Trabalhador	4,5
	Trabalhadreira	3,4
	Funcionário	3,4
	Balconista	3,4
	Estudante	3,4
	Cozinheira	2,3
	Cabeleireira	2,3
	Segurança/vigilante (empresa privado)	2,3
	Aposentado	1,1
	Naturalidade	Nossa Sra. da Graças - Praia
São Filipe - Fogo		17,0
São Lourenço dos Órgãos		8,0
Estrangeiras		6,8
Mosteiro - Fogo		5,7
Santa Catarina de Santiago		3,4
Nossa Sra. da Luz - São Vicente		3,4
São Salvador do Mundo		2,3
Brava		2,3
Ribeira Grande - Santo Antão		2,3
Santa Maria - Sal		1,1
Bairro de Residência	Tarrafal de Santiago	1,1
	Paúl - Santo Antão	1,1
Bairro de Residência	Achada Santo António	54,5
	Terra Branca	45,5
Total		100,0

Fonte: Autora (2018).

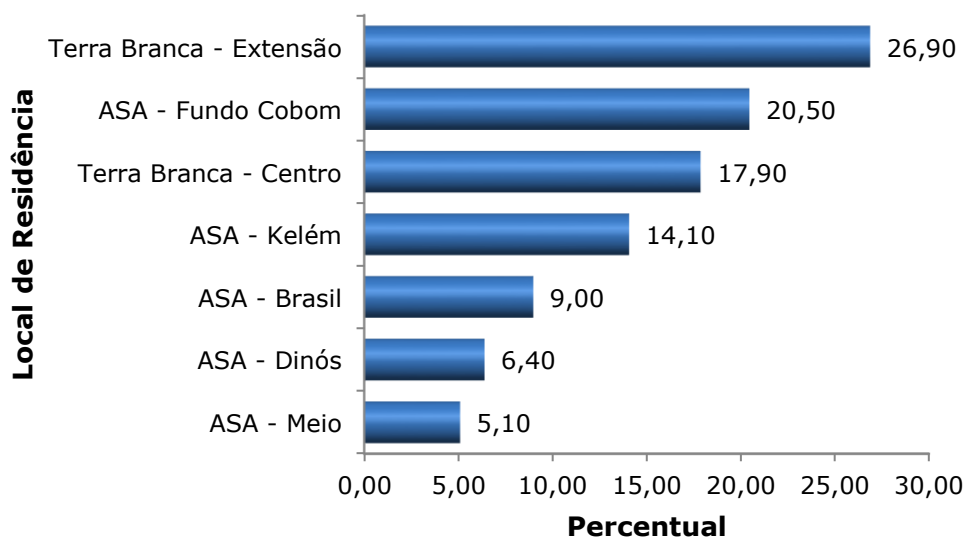
Vê-se que a maioria das vítimas está desempregada (45,5%), são naturais de Nossa Sra. da Graças – Praia (45,5%) e residentes do bairro Achada Santo António (54,5%) (Tabela 3).

Na Pesquisa de Rocha (2013), sobre violência conjugal observa-se que relação que 32,62% das mulheres vítimas se autodenominaram “do lar”, não possuindo nenhum tipo de remuneração, seguido das que exercem atividades domésticas (diaristas, faxineiras e empregadas domésticas), as quais representam um total de 18,41%. O Conselho mais populoso da Cidade da Praia é Nossa Senhora da Graças (INE, 2010).

No estudo realizado por Ramos *et al.* (2011) colaboram com os dados apresentado nesse trabalho, onde a maior parte das vítimas também são de desempregadas (30,97%). Desta forma, a partir destas informações, permitem especular que muitas vítimas de violência enfrentam dificuldades para atingir posições de destaque no mercado de trabalho, por não terem um nível de escolaridade compatível com os postos de maior qualificação e mais bem remunerado. A consequência dessa conjunção de fatores é que essas pessoas se tornam vulneráveis ao desemprego, ao trabalho precário e ao informal.

Figura 5. Percentual de registos de ocorrência relacionado com violência doméstica contra parceiro(a), por local de residência, no ano 2013, na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca.

Pode observa-se que em relação à subzona a Extensão TB destacou-se em primeiro lugar, contudo no cômputo geral ASA teve maior número de registos em termos de bairros.



Fonte: Autora (2018).

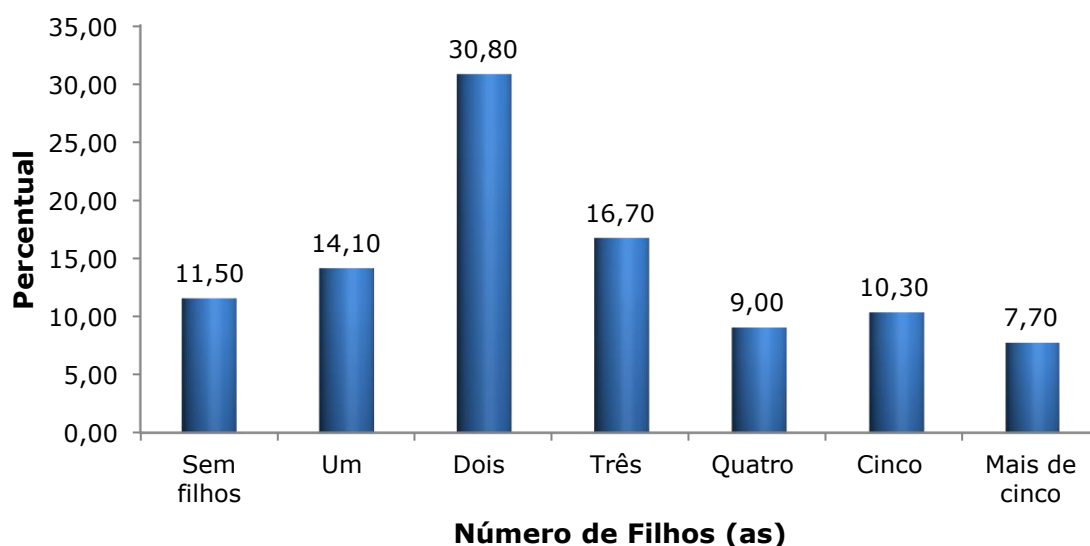
Vê-se que a maioria das vítimas está desempregada (45,5%), são naturais de Nossa Sra. da Graças – Praia (45,5%) e residentes do bairro Achada Santo António (54,5%) (Tabela 3).

Já em relação ao local de residências das vítimas de violência doméstica, a maioria reside na Extensão de Terra Branca, mais precisamente em Bela Vista (**26,9%**), seguido dos que residem em Fundo Cobom (20,5%) na Achada Santo António, ambos com infraestrutura ruim e poder aquisitivo baixo (INE, 2010) (Figura 5).

A maior parte das vítimas de violência doméstica possui dois filhos (30,8%), seguidas daquelas que possuem três filhos (16,7%,) (Figura 6).

Semelhante aos resultados desta pesquisa vê-se em Ramos et al. (2011), que a maioria das vítimas de violência doméstica possui de um a três filhos (56,04%). Brandão (2004) afirma que cada vez mais parece haver uma defasagem entre a iniciação sexual precoce e a conclusão dos estudos no nível médio ou superior, com o subsequente comprometimento da inserção no mercado de trabalho, o que muitas vezes gera e inviabiliza o sonho de independência.

Figura 6. Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Número de Filhos, no período do ano 2013.



Fonte: Autora (2018).

A maior parte das vítimas de violência doméstica tem tempo de relacionamento afetivo com seu(a) parceiro(a) entre os três e cinco anos (30,6%) (Tabela 4).

Tabela 4. Percentual de registos de violência doméstica contra parceiro(a), na Direção Nacional da Polícia Nacional de Praia-Cabo Verde, de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, por Tempos de Relacionamento, no período de 2009 a 2012.

Variável	Categoria	Percentual
Tempo de Relacionamento	Menos de um ano	8,0
	Entre 1 a 2 anos	15,9
	Entre 3 a 5 anos	30,6
	Entre 6 a 10 anos	18,2
	Mais de 10 anos	27,3
Total		100,0

Fonte: Autora (2018).

Na pesquisa Costa et al. (2015), sobre denúncias em um centro de referência de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, a maioria das de mulheres tinha tempo de convivência com seu cônjuge entre 9 e 18 anos.

De acordo com a análise directa das entrevistas das de vítimas de violência doméstica de residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, as mulheres tornam-se agressivas quando o homem deixa de assegurar a subsistência da família e quando ela chega ao limite do que é suportável em termos de maus tratos. Em relação aos possíveis motivos porque foram agredidos os resultados apontam como principais fatores da violência a relação de poder, uso de álcool e de drogas, ciúmes, desconfiança, vingança, e sem qualquer motivo. De modo que, 31,17% das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, dizem que foram agredidos por: “abuso de poder” isto é, por ser mulher e mais fraca; 24,35% disseram que foi por uso de álcool e droga; 14,10% respondeu que foi por uso de álcool; 11,53% respondeu que foi por motivo de ciúmes e desconfiança; 6,41 % diz que foi por vingança; e outros responderam que foi sem qualquer motivo aparente.

Vários fatores estão associados a violência doméstica, para Rabello e Junior (2007) o equilíbrio familiar é alterado principalmente quando um de seus membros consome drogas, lícitas ou ilícitas, sendo consumida principalmente por homens repercutindo desfavoravelmente à mulher.

Quanto ao rendimento familiar das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, a maior parte afirma que não tem rendimento (436%),

depende exclusivamente do agressor e poucos (5,1%) têm um rendimento superior de cinquenta mil escudos (50.000\$00) ou equivalentemente 450€ (quatrocentos e cinquenta euros).

A dependência financeira vem se destacando como uma das principais justificativas da prática de violência doméstica. Moura (2009) afirma que a vítima é colocada mais facilmente em situação de violência, uma vez que é posicionada em condição de subserviência por conta da dependência financeira do(a) companheiro(a). A falta de emprego acaba por obrigar a vítima à subordinação, levando a mesma a ser submetida a situações de humilhação e, conseqüentemente, à violência (JONG; SADALA; TANAKA, 2008).

Quanto à habitação das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, há 3,4% de casas próprias construídas somente pela vítima, 20,5% de casas próprias construídas por ambos; 2,3% de casas próprias construídas somente pelo agressor, totalizando assim 27,3% das habitações próprias, além disso, há 61,3% das habitações em arrendamento e 11,4% das habitações em outras situações. Das vítimas que habitam em casas arrendadas apenas 11,1% são pagas por ambos (vítimas e agressor), e 14,8% apenas pela vítima e 74,1% apenas pelo agressor.

A residência deveria ser um local de harmonia e paz, contudo, muitas vezes acaba se tornando palco das agressões psicológicas e físicas. Segundo Moura et al. (2009), a forma mais prevalente de violência doméstica é aquela ocorrida no espaço privado, justificada pela não interferência de terceiros nos atos violentos.

76,1% das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca têm conhecimento da existência da Lei de VBG e souberam da existência da lei por meio da: (i) comunicação social, (ii) do Gabinete de Apoio a Vítima – Achada Santo António, (iii) da casa do direito, (iv) de um colega do trabalho e (v) de um policial.

Quanto à expectativa da nova lei, 23,86% das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca esperam que o seu problema seja resolvido o mais rápido possível; 19,32% que a justiça seja feita, 17,05% esperam que diminua a situação da violência doméstica em Cabo Verde, 13,64% que os agressores sejam punidos pelos seus atos, 11,36% esperam que esta lei funcione bem e da melhor forma possível; 9,09% que

medidas sejam tomadas e 5,68% que traga melhor solução para a problemática da violência doméstica em Cabo Verde.

Para Ferraz et al. (2009), o cuidado dessas vítimas deve ser planejado para promover segurança, acolhimento, respeito e satisfação das necessidades individuais, usando sempre instrumentos que promovam higiene e também respeito e isso se aplica as vítimas de violência doméstica.

Em relação ao tipo de violência que foi vítima, 16,67% das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca afirmam ter sido vítimas de um tipo de violência, sendo 9,0% vítimas de violência física, 5,1% de violência psicológica e 2,6% de violência patrimonial. 52,12% dizem ter sido vítimas de dois tipos de violência, sendo 32,7% vítimas de violência física e psicológica e 17,9% vítimas de violência psicológica e patrimonial. 28,21% declaram terem sido vítimas de três ou mais tipos de violência, isto é, física, psicológica, patrimonial entre outros tipos.

As pesquisas voltadas para as agressões que ocorrem nas relações íntimas ressaltam a violência contra a mulher e tendem a sustentar a ideia de que apenas as mulheres são vítimas de violência doméstica, uma vez que contabilizam, exclusivamente, a perspectiva feminina, desta forma, há necessidade de maiores pesquisas voltadas para as agressões sofridas pelos homens nas relações íntimas (MOURÃO, 2014).

A violência física é aquela que ofende a integridade física ou saúde da pessoa deixando marcas visíveis, pode ser subdividida em ativa e passiva, ativa quando decorre da própria ação de lesionar, quer seja por meio de instrumentos ou conduta corporal de vias de fato, como soco ou tapas, e a passiva que decorre da omissão no cuidado e provisão gerando repercussões na integridade física (COSTA, 2014).

Segundo Day et al. (2003, p. 10) a violência psicológica é a que “causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento psíquico da pessoa”, gerando repercussões que desestabilizam o equilíbrio interferindo na sua vida; enquanto que a violência sexual se configura pelo poder de coação sobre outrem para a realização de práticas sexuais, contra a sua vontade, sob ameaça psicológica, uso de armas ou drogas.

Sirvinskas (2007) conceitua violência patrimonial como aquela que atinge os bens do indivíduo, podendo repercutir nos bens pessoais, nos instrumentos de trabalho, documentos, valores ou recursos econômicos, configurando retenção, subtração ou até mesmo destruição ainda que parcial ou total. Já a violência moral, é aquela que irá atingir a honra do indivíduo, quer com intuito de macular, difamar ou calúnia a imagem e dignidade da pessoa (SIRVINSKAS, 2007).

Em uma pesquisa realizada no Brasil com 2.502 mulheres, se constatou que 43% das mulheres foram vítimas de violência física praticada principalmente por seu companheiro ou ex-companheiro, demonstrando assim que a violência física se faz habitual, acarretando em problemas biopsicossociais a vida da mulher que vivencia tal violência (GARCIA et al., 2008).

A maioria das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo Antônio e Terra Branca considera a violência física (73,42%), a mais grave de todas, seguida da violência psicológica (12,47%).

Alasker et al. (2011) realizaram um estudo com mulheres agredidas que residem em abrigos na Noruega, e notaram que no grupo de mulheres que receberam ameaças de morte, o risco de sofrer atos graves de violência aumentou. A percepção do aumento do perigo pode desempenhar um papel na indução da mulher para adotar uma atitude extremamente submissa e, isso pode colocá-la em uma situação mais vulnerável as novas vitimizações.

21,8% das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo Antônio e Terra Branca dizem que pelo menos uma vez tiveram relação sexual com o seu parceiro contra a sua vontade. 66,7% afirmam não ter tido relação sexual com o seu parceiro contra a sua vontade e 11,5% não quiseram responder esta pergunta.

Dados de uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004) revelaram que 10% das mulheres da cidade de São Paulo, no Brasil e 14% na Zona da Mata em Pernambuco disseram já haver sido forçadas fisicamente a ter relações sexuais quando não queriam, ou forçadas a práticas sexuais por medo do que o parceiro pudesse fazer, ou forçadas a uma prática sexual degradante ou humilhante. A violência física e/ou sexual cometida algumas vezes na vida pelo parceiro foi relatada por 29% das mulheres na cidade de São Paulo e 37% na Zona da Mata em Pernambuco.

Carneiro (2009) mostra dados de uma pesquisa realizada em 1997, pelo Grupo Parlamentario Interamericano sobre Población y Desarrollo, o qual revela que, das 205.219 agressões registradas nas Delegacias da Mulher no Brasil, os crimes mais denunciados eram os crimes sexuais, que respondiam por 51,1%, seguidos pelas lesões corporais (26,2%) e ameaças (16,4%).

42,3% das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca afirmam terem ficado com alguma sequela advinda da violência sofrida, sendo 28,2% com sequelas físicas, 9,0% com sequelas psicológicas e 5,1% com sequelas física e psicológica. 66,7% das vítimas de violência doméstica residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, que tem sequela devido a violência sofrida, dizem que as sequelas as impedem de trabalhar e, passaram a depender de ajudas de filhos e/ou outros familiares.

A violência doméstica se desvela nas relações conjugais repercutindo não só na saúde da mulher, mas também na saúde da família, assim como na produtividade econômica do país relacionada à assistência a saúde e ao atendimento prestado pela justiça (SILVA et al, 2016). Neste contexto, Zaidan (2007, p. 169), comenta que atos violentos e abusos no ambiente doméstico se repetem e acabam refletindo na vida pessoal e social da mulher, trazendo como consequência problemas físicos e psicológicos, não só para a vítima da violência como também para os que participam indiretamente deste ambiente.

Johnson et al. (2011) mostram que a terapia individual tem dado resultado positivo em vítimas de violência conjugal, apontando, ainda, que há as maneiras de um sistema de serviço coordenado de forma legal e mental, que poderia melhorar os resultados terapêuticos, é oferecer tratamento de saúde mental concomitante para melhorar o estresse causado pela violência.

4.2. Análise de Conteúdo

Inicialmente buscou-se identificar os termos (palavras) que foram mais frequentes em 4 casos: Arminda, Victória, Vicente, José. Nestes casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar, sendo dois sujeitos do sexo feminino e dois do sexo masculino. Como resultado da análise exploratória de frequência gerou-se o output “nuvem de palavras” (Figura 7).

Figura 7. Nuvem de palavras dos termos mais frequentes da base de dados dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.



Fonte: Autora (2018).

Esta “Nuvem de Palavras” foi constituída a partir do recorte dos 50 termos mais frequentes nos 4 casos investigados neste estudo, considerou-se apenas palavras com caracteres = ou > 6, tal critério foi necessário para excluir termos conectores, por exemplo: como, onde, está, até, etc. Ressalta-se que nesta técnica quanto maior for a dimensão da palavra na nuvem, maior será sua importância na base de dados (Figura 7).

A partir da disposição da “Nuvem de Palavras” buscou-se identificar as frequências e os percentuais dos termos mais incidentes (Tabela 5). É importante explicar que como o corpus da pesquisa, em relação aos dados qualitativos, foi composto de apenas 4 trechos de falas a frequência dos termos foi relativamente baixa.

A palavra “trabalhar” obteve frequência 3, elemento central da representação, que pode proporcionar a qualidade de vida no sentido de favorecer condições financeiras, alimentação, moradia e independência, como pode ser notada na fala, a dependência da vítima em relação ao autor:

Temos dois filhos menores de idade. Moramos há quatro anos de renda, há cinco anos que moramos na nossa casa própria. Ele (Autor 1) trabalha por conta própria, eu sou funcionária (Arminda).

A palavra “menores” com $f = 3$ está diretamente ligada a esta situação de violência, pois existe uma forte relação entre as mulheres (vítimas) e seus filhos, que são as principais testemunhas de tudo o que as mães passaram, e a principal preocupação das vítimas é ver que seus filhos estão presentes em tal situação, sofocados, contido, sem poder de fazer nada, alguns desabafam em chorros e outros em gritos, acabando por lhe provocando traumas, além de provocar dificuldades de convívio e interação social (SAGIM, 2008). Nota-se na fala, a criança ou adolescentes (menores) assistindo atos de violência:

Passei a dormir no quarto da nossa filha de quinze anos. Ontem por volta das duas horas de madrugada, Djony foi à porta do quarto onde eu estava deitada a dormir, arrebentou a porta com um ponta pé, entrou, deu-me um ponta pé para me levantar, ele empurrou-me para a parede, deu-me uma bofetada. A nossa filha levantou-se a gritar. O Djony disse-lhe que não gritasse, porque também apanhava (Victória).

As demais palavras da Tabela 5 indicaram $f = 2$. Os demais termos que compõem a nuvem, mas não estão na Tabela 5 totalizaram $f = 1$.

O index se constitui como títulos ou palavras com significado semelhante. A classificação das palavras se faz em forma de conceitos-chave ou títulos conceituais que reúne uma quantidade de unidades de significação (palavras, fórmulas, frases) e se estabelece como um código. Compreende-se que um *index categorial* se constitui por conceitos-chave, onde as palavras são classificadas por conceito. Identificados os conceitos (index categorial) nas falas dos participantes, passa-se a analisar as relações qualitativas e quantitativas entre eles, bem como sua incidência, num processo de codificação do corpus da pesquisa (BARDIN, 2011).

Nesta Análise de Conteúdo têm-se as fontes, de dados que são as falas dos participantes nos 4 casos supracitados, e os “Nós”, que são os index’s categoriais, os quais servem como códigos de identificação dos conceitos no corpus. A Figura 7 indica a disposição desses elementos.

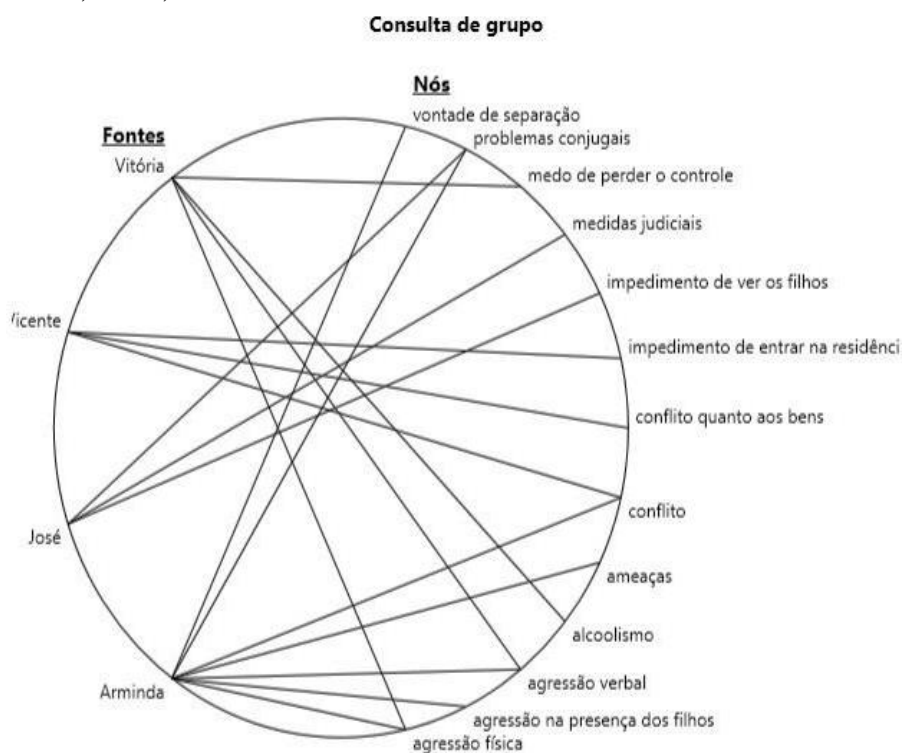
Tabela 5. Contagens e percentuais dos termos mais incidentes dos dados dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
Menores	7	3	0,47	Menores
Trabalhar	9	3	0,47	Trabalhar
Conflito	8	2	0,31	Conflito

Estrangeiro	11	2	0,31	Estrangeiro
Funcionária	11	2	0,31	Funcionária
Passado	7	2	0,31	Passado
Problema	8	2	0,31	Problema, problemas
Própria	7	2	0,31	Própria
Queixar	7	2	0,31	Queixar
Relacionamento	14	2	0,31	Relacionamento
Situação	8	2	0,31	Situação
Trabalho	8	2	0,31	Trabalho
Vivemos	7	2	0,31	Vivemos

Fonte: Autora (2018).

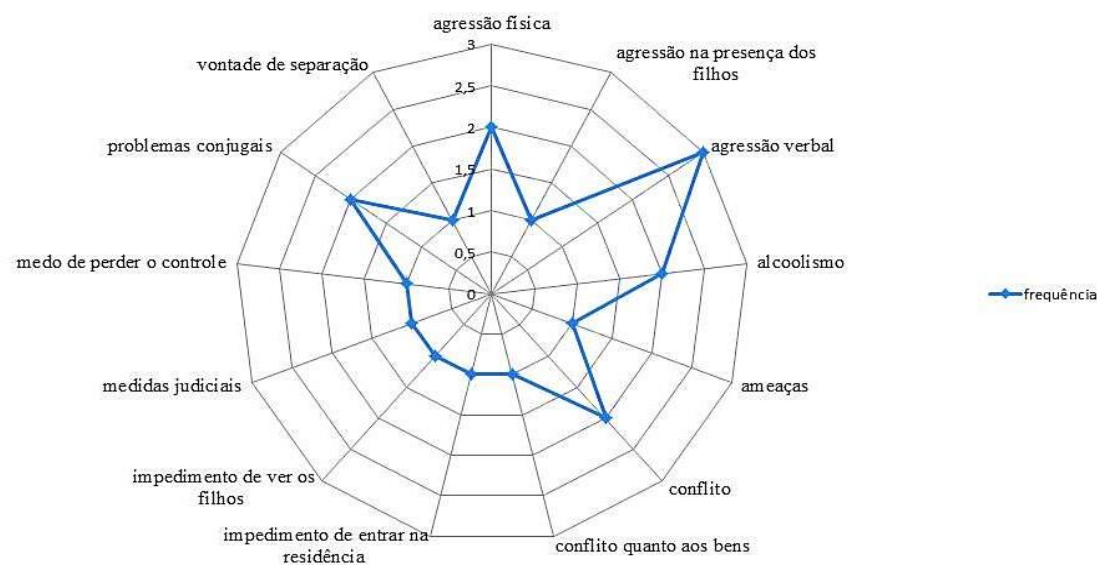
Figura 8. Disposição dos códigos por participantes dos dados dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.



Fonte: Autora (2018).

A Figura 8 apresenta a relação entre os Nós e as fontes, apontando para a incidência dos ítem's categoriais por participantes. Na sequência da análise buscou-se aplicar a técnica de frequência de códigos para verificar qual categoria foi a mais emergente nesta base de dados (Figura 8).

Figura 9. Frequência dos ítem's categoriais nas falas dos 4 participantes, dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.



Fonte: Autora (2018).

A partir da análise de frequência aplicada aos códigos conceituais notou-se que a categoria mais emergente foi a agressão verbal ($f = 3$), seguida por alcoolismo ($f = 2$), conflitos ($f = 2$), agressão física ($f = 2$) e problemas conjugais ($f = 2$). As demais categorias totalizaram frequência 1.

A agressão verbal é a que mais acomete as vítimas nesse estudo, é entendida como qualquer conduta que pode causar dano emocional, diminuição de autoestima, perturbação no seu desenvolvimento enquanto pessoa, controle de suas ações, comportamentos e decisões, mediante atos de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo psicológico e de autodeterminação (COELHO et al., 2014).

Além disso, Marinheiro et al. (2006) afirmam que a violência de gênero sofre influência de fatores sociais, como o uso de bebida alcoólica, como pode ser notado na fala, a presença de agressão verbal e alcoolismo estão entrelaçados:

Ele chama-me de “puta, atrevida”, e continua a beber, a chegar a casa muito tarde, cheirando a bebida que não me deixa dormir (Victória).

Em um dos relatos de agressão verbal, observa-se a ação abusiva que ocorrer no relacionamento, configurando-se com uma série de ameaças, que tem como finalidade intimidar e forçar a vítima a permanecer no relacionamento abusivo e agressivo:

Quando chega à casa, começa logo o conflito, sem razão. Há dois anos que esta situação se torna insuportável, porque ele se torna agressivo fisicamente, na presença das crianças. Ele ameaça-me, dizendo que se eu me for queixar, ele acaba comigo (Arminda).

No caso específico da violência conjugal, uma palavra bem comum nos depoimentos é “conflito” com $f = 2$. É importante ressaltar que geralmente a violência chega com conflitos corriqueiros, expressões menos agressivas e consequências menos graves, que com o tempo passava ser percebidas como normais, se enraizando e fazendo parte do cotidiano dos parceiros:

Desde que começou a trabalhar passou a dizer-me que a casa é dela e dos seus filhos, procurando conflito. (...) Cerca de 23 horas, regresssei à casa, meti a chave na porta não consegui abri-là, pois ela trancou a com um ferro grande. Subi pelo terraço, entrei pela caixa de escada. Como não quero problemas, vim queixar me para que essa situação não continue (Vicente).

A agressão física é e todo tipo de violência que causa algum dano físico à vítima, como chutes, socos, espancamento, hematomas, mutilação, queimaduras, uso de arma branca e arma de fogo (ACOSTA et al., 2018). E esse tipo de violência é um problema que se estende dos constantes conflitos vividos e que se agrava provocando violência física, o que começa com ofensas à integridade física, como: chantagem, humilhação, *dano emocional, relação de poder desigual, privação de liberdade e diminuição de autoestima*, passam para desprezo, um empurrão, um puxão de cabelos e que vai se projetando para atitudes cada vez mais agressivas, como tapas no rosto, socos, chutes e etc., o que pode gerar incapacitação da mulher, podendo chegar até a morte (CABO VERDE, 2011). Como pode ser notado na fala da vítima:

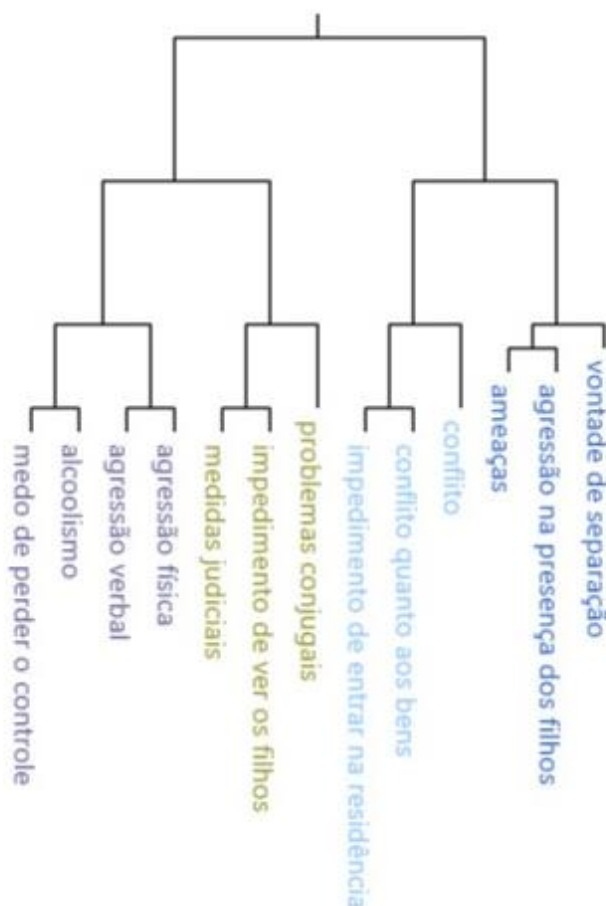
Quando lhe dou conselho para que não bebesse, ele dizia-me: mulher não manda em mim. Ele chama-me de “puta, atrevida”, e continua a beber (...). Chegou, não falou comigo, pegou-me pelos cabelos, deu-me um soco na cabeça, chutou-me e depois disse-me: “Putá de merda”, tu vais a uma festa sem me dizer e ainda com uma garrafa de cerveja nas mãos, no meio de tanta gente. Sai da minha casa, antes que te mate (Victória).

Buscou-se ainda verificar a relação qualitativa entre os idex's categoriais identificando a similaridade de codificação, ou seja, a aproximação por ocorrência conjunta. Para tanto

utilizou-se análise de cluster com o algoritmo Jarcard, o escore de similaridade para os agrupamentos foi 1 (Figura 10).

Figura 10. Análise de Cluster aplicada aos Idex' categoriais, dos casos são descritos eventos de conflito e/ou violência familiar de vítimas residentes nos bairros Achada Santo António e Terra Branca, Praia, Cabo Verde.

Nós em cluster por similaridade de codificação



Fonte: Autora (2018).

Notou-se, com a aplicação desta técnica, a formação de quatro (4) agrupamentos de orações por frequência equivalente (Figura 10). O grupo 1 ao grupo 4 apresentam estágios ou contextos diferentes do relacionamento conjugal (Figura 10).

- No grupo 1 os vocábulos apresentam a situação das agressões onde há somente a participação dos dois indivíduos (Figura 10);
- No grupo 2 apresenta o cenário de o reconhecimento do problema, envolvimento dos filhos e início do envolvimento judicial (Figura 10);

- No grupo 3 há a instauração do ambiente conflituoso de disputa e agressão patrimonial (Figura 10);
- E no grupo 4 têm-se a necessidade da separação com a exposição dos filhos aos atos de agressão e a presença de ameaças (Figura 10).

É importante destacar no Grupo 1 que as vítimas de violência psicológica, como agressões verbais e ameaças, muitas vezes, pensam que o que lhes acontece não é suficientemente grave e importante para denunciá-los aos órgãos competentes, deixando assim, agravar a situação e as vezes evoluir até o homicídio das vítimas. Em outros casos permanecem nessa relação abusiva pelo bem de seus filhos ou para garantir os direitos adquiridos a partir do casamento (Figura 10). Além disso, o uso e dependência de substâncias alcoólicas provocam a perda de controle, mudança de comportamento apesar das consequências e, principalmente, a promessas de mudanças, que faz com que a vítima permaneça nessa situação sem denunciar por acreditar na mudança do parceiro.

Já em relação ao grupo 2 e 4 (Figura 10), mostra que a violência conjugal não só causa danos físicos, psicológicos, patrimoniais às vítimas, como também, implica em consequências para seus filhos, que presenciando a violência dentro do âmbito familiar, possibilita nas crianças e adolescentes a probabilidade de sofrer depressão, ansiedade, transtornos de conduta e atrasos no seu desenvolvimento cognitivo, além do risco de se converterem, por sua vez, em vítimas de maltrato ou futuros agressores (SCOTT, 1988).

Além disso, as vítimas que vivem essas situações nos depoimentos tem o desejo de liberdade e de viver sem violência, tomando assim medidas judiciais para que seus agressores fossem punidos pela violência que haviam praticado.

5. Considerações Finais e Recomendações para Trabalhos Futuros

5.1. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar as possíveis causas que estão na origem da violência doméstica, “violência de género contra parceiros”, nas zonas de Achada Santo António e Terra Branca, cidade da Praia – Cabo Verde e suas consequências. Além de, (i) apresentar uma discussão na literatura sobre violência doméstica em relacionamentos de parceiros íntimos; (ii) realizar um levantamento dos registos de ocorrências realizados por mulheres e homens em decorrência da violência doméstica, na vertente de parceiros íntimos e (iii) analisar os perfis das vítimas de violência de género e violência doméstica na relação entre parceiros íntimos.

A hipótese de que a violência entre os parceiros íntimos nos bairros Terra Branca e Achada Santo António está associada a infidelidade, alcoolismo, uso de drogas ilícitas e dependência económica foi provada.

O estudo foi desenvolvido tendo como perspetiva a pesquisa quanti-qualitativa do tipo exploratória e descritiva. Para isso foi utilizada a técnica análise exploratória de dados para estudo quantitativo e o método análise de conteúdo para estudo qualitativo.

Assim, pode-se observar que nos bairros Terra Branca e Achada Santo António a maioria das vítimas de violência entre parceiros íntimos está na faixa etária entre os 22 a 35 anos, é do sexo feminino, é solteiro(a), possui o ensino básico incompleto, dois filhos e tem tempo de relacionamento afetivo com seu(a) parceiro(a) entre os três e cinco anos, são vítimas de violência física, psicológica e patrimonial, residem na Extensão de Terra Branca, mas especificamente em Bela Vista e em Fundo Cobom na Achada Santo António.

Em Cabo Verde a violência de género contra parceiros íntimos, pode ser um reflexo negativo da situação económica das famílias da cidade da Praia. A ocorrência contra parceiros íntimos se deu em muitos casos devido ao ciúme, desconfiança e uso de drogas, principalmente, sob a influência de álcool.

Em Cabo Verde a violência no interior das famílias cabo-verdianas está socialmente legitimada e repassada de geração em geração. Os agressores mais comuns são oriundos de

famílias com trajetórias de violência doméstica. A dominação masculina está naturalizada, a relação é estruturada na forma da violência simbólica. A honra é vista de forma diferente, isto é, o homem “bazófia”, machão, é aquele que tem várias mulheres e muitos filhos. Muitas vezes quando a mãe desse homem é alertada pela mãe da namorada caso, esta estiver grávida, a mesma usa as seguintes expressões: “o meu bode é solto, marra a sua cabra”. Feito isso, quem irá responsabilizar-se para educação e sustento desse filho é a mãe e /ou avó materna, visto que, a mulher tem filho porque quer e, é a única responsável. Existe o pai que nem dá o nome ao filho, nem o conhece ou conhece-o muito tarde. Em cabo verde, há risco de irmãos namorarem-se, manterem relação sexual e, até terem filhos, tendo em conta que, muitos não se conhecem uns aos outros ou se conhecem adultos. O modelo da família cabo-verdiana é monoparental, na sua maioria formada por mãe e filhos, avós e netos e /ou mãe filhos e padrasto e raras vezes por pai, filhos e madrasta. Contudo, com a emancipação das mulheres cabo-verdianas, as mesmas resolveram fazer o mesmo, e/ou por fim o relacionamento, aí, a situação é vista de forma diferente, isto é, a mulher é conotada de “pichinginha, puta, entre outros nomes”. O marido, companheiro ou namorado não aceita o adversário e/ou o término do relacionamento, o que muitas vezes acaba em tragédia tais como: perseguição ameaça de agressão e de morte, agressão física e até à morte.

Cabo Verde não foge estas ideias, tendo em conta que até 1974, a mulher era considerada inferior aos homens, ou seja, a inferioridade social das mulheres cabo-verdianas era acentuada, sem que elas pudessem usufruir de qualquer proteção e não se encontravam legalmente protegidas, o que contribuía para a sua subalternização em relação aos seus maridos e /ou companheiros, ficando vulneráveis a qualquer tipo de violência por partes destes.

Em Cabo Verde, os papéis sociais que sempre foram reservados às mulheres são: chefiar a casa, educar os filhos e administrar a economia familiar. Com isso, torna-se um pouco difícil para que elas possam assumir a afirmação social. Contudo houve um grande salto para a emancipação e valorização femininas com a independência nacional em 1975.

De acordo com os resultados obtidos, observou-se que ha uma grande incidência de violência de género contra o/a parceiro(a) entre as famílias de baixa renda nesses dois bairros na cidade da Praia. Porém não se pode afirmar que a pobreza seja a causa exclusiva da violência de género contra o/a parceiro(a) em Cabo Verde.

Pode-se concluir que os indicadores apontam para a relação de poder, uma vez que, a maior parte destes declara que tudo começou porque queria estudar ou trabalhar e foi impedido pelo parceiro.

Os ciúmes também é uma das razões muito fortes apontadas, seguido da desconfiança, o que nos leva a concluir que são várias as causas conexas para a violência de género contra o/a parceiro(a) na cidade da Praia e que necessita de uma análise e avaliação dos factos mais profundos sobre esta questão.

É de ressaltar que um dos fortes indicadores ligados a essa problemática é a baixa renda e o desemprego. Os resultados apontam para uma baixa renda, isto é, em ambos os bairros, tanto os agregados da Achada Santo António como os de Terra Branca e sua extensão (Bela Vista), a maior percentagem possui uma renda mensal de menos de dez mil escudos e outros.

Outro resultado que achamos pertinente é o facto de os inquiridos que declararam ser vítimas de violência de género por os seus parceiros possui em praticamente o mesmo grau de escolaridade que os seus agressores. Observa-se ainda que à medida que aumenta o grau da escolaridade das vítimas, há uma diminuição dos registos dos casos, levando a considerar que pode ser possível que pessoas com maior nível de instrução académica possam resolver esse tipo de problema por meio de outras formas, não passando pela esfera policial. Falta ainda muito a fazer em termos da sensibilização para que essa camada possa quebrar o silêncio sobre esse fenómeno.

Quanto à tipologia da violência de género em relação ao sexo, as mulheres praticam mais a violência psicológica em relação aos seus parceiros. De entre este tipo de violência teve grande número de casos onde houve o impedimento à vítima por parte da parceira de ver os filhos, ou levarem consigo os móveis da casa adquiridos por ambos.

Quando a violência foi praticada por mulheres, houve apenas um caso de agressão física. Nos indivíduos do sexo masculino predominam as tipologias de violências física e patrimonial. Homens recorrem a objetos, e dão murros, bofetadas, ponta pés devido à sua superioridade física, enquanto a mulher resta à agressão verbal dada à sua inferioridade neste campo. As mulheres para além das agressões verbais invocam ciúmes e ameaçam com a sua infidelidade.

Mulheres não reconhecem a violência sexual quando é praticado pelos seus parceiros, de modo que ao serem questionadas quanto ao tipo de violência sofrida nenhuma delas aponta que sofreu violência sexual. Ao serem questionadas se alguma vez tiveram relação sexual contra a sua vontade por parte do seu companheiro 66,7% responderam que sim.

Algumas pistas para minimizar a situação de violência de parceira em Cabo verde: Tendo em conta que vários autores enaltecem a questão de emoções como os principais fatores da violência e de acordo com o resultado desta investigação propõe-se que sejam trabalhadas em rede as emoções da população Cabo-verdiana no sentido preventivo como forma de sensibilização e consciencialização de que nunca se deixe ser levado pelas emoções negativas, ou seja, promover as emoções positivas e evitar as emoções negativas, ou ainda, nunca deixar ser levado pelas emoções negativas, isto é, pensar antes de agir, ou melhor, pensar com a cabeça e não com o coração.

Finalmente, o Governo e a sociedade civil colaborem para o empreendimento das famílias Cabo-verdianas, principalmente nos dois bairros referidos, tendo em conta que, a maior parte dos inquiridos reside nas localidades Brasil, Kelém, fundo Cobom e Extensão de Terra Branca (Bela Vista) e possuem baixa renda e estão na situação do desemprego.

5.2. Recomendações para Trabalhos Futuros

Sugere-se para a ampliação dos estudos sobre violência entre parceiros íntimos:

- i)* Registrar e apresentar os dados que expressam a percepção dos profissionais que lidam a problemática da violência entre parceiros íntimos;
- ii)* Analisar as decisões judiciais proferidas pelo Ministério Público a respeito das violências entre parceiros íntimos;
- iii)* Ouvir a percepção de um número maior de homens e mulheres vítimas sobre violência entre parceiros íntimos vivenciadas;
- iv)* Ouvir a percepção de homens e mulheres agressores sobre violência entre parceiros íntimos vivenciadas;
- v)* Estender este estudo para outros bairros da Cidade da Praia;
- vi)* Estender este estudo para as Regiões de Santiago Norte;
- vii)* Estender este estudo para Cabo Verde;.

6. Referências Bibliográfica

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. O.; OLIVEIRA, D. C.; MARQUES, S. C.; FONSECA, A. D. Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, 2018.

ALARCÃO, M. **Recriando vínculos: redes de suporte e relações inter-geracionais. Interações**, 1996.

ALASKER, K.; KRISTOFFERSEN, K.; MOEN, B. E.; BASTE, V. Threats and act sof intimate partner violence reported by user sat Norwegian women’s shelters. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 26, n. 5, p. 950– 970, 2011.

ALVES, M. A. **Delinquência Juvenil e Criminalidade na Cidade da Praia: Uma pesquisa em torno do fenómeno “Thug” e Violência Urbana**. Dissertação. 114f. 2014. (Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos). Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.

BOLFARINE, Heleno; BUSSUB, Wilton de Oliveira. **Elementos de Amostragem**, São Paulo: Blucher, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina/Pierre Kühner**. 11.ed., Rio de Janeiro. Tradução Maria Helena, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, E. R. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Instituto DataSenado e Observatório da Mulher contra a Violência. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**, 2015.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 8.ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

CABO VERDE. Conselho de Ministros. Decreto-Legislativo N° 5/2007, de 16 de Outubro. **Aprova o Código Laboral Cabo-Verdiano**, 2007.

CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde**. Art. 23, Edição: Assembleia Nacional – Divisão de Documentação e informação Parlamentar, 2010.

CABO VERDE. Ministério da Justiça e da Administração Interna. Decreto Legislativo N.º 4/2003, de 18 de Novembro. **Código Penal de Cabo Verde**, 2003.

CABO VERDE. Ministério da Justiça e da Administração Interna. Decreto Legislativo N.º 2/2005, de 7 de Fevereiro. **Código de Processo Penal de Cabo Verde**, 2005.

CABO VERDE. Ministério da Justiça e da Administração Interna. Portaria N° 68-A/97 de 30 de Setembro. O Decreto-Legislativo N° 12-C/97, de 30 de Junho, **revogou o Código de Família**

aprovado em 1981 e procedeu a alterações significativas no Código Civil e na legislação de família. O mesmo Decreto-Legislativo que, também, reintroduziu no Código Civil o Livro IV, contendo todas as alterações operadas na legislação de família, autorizou ao membro do Governo responsável pela área da justiça a proceder, através de Portaria, a publicação integral do Código Civil com nova numeração dos seus artigos, após a sua reconstituição global, que respeite a sua sistemática inicial não modificada e que tenha em conta as modificações por ele introduzidas e por alguns diplomas publicados anteriormente, 1997.

CABO VERDE. Presidência de República. Lei Nº 84/VII/2011. **Estabelece Medidas Destinadas a Prevenir e Reprimir o Crime de Violência Baseada no Género**, 2011.

CARNEIRO, V. C. S. **A violência contra a mulher no Brasil, suas mais variadas formas de manifestação e sua regulação no ordenamento jurídico pátrio**. 2009.

COELHO, E. B. S.; SILVA, A. C. L. G.; LINDNER, S. R. **Violência: definições e tipologias**. 2014.

COOK, P. W. **Abused men: The hidden side of domestic violence**. ABC-CLIO, 2009.

CORREIA, Gilson Bento. **Ordenamento do Território e a sua Relação com a Criminalidade na Cidade da Praia: caso dos bairros de Achada Santo António e Palmarejo**. 2017. Dissertação. 138p. (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil, 2017.

COSTA, E. L. F. **O gênero no direito internacional: discriminação, violência e proteção**. Belém, Pará, Brasil, Paka-tatu, 2014, 432 p.

COSTA, Laura Gil; MACHADO, Carla; ANTUNES, Rute. Violência nas relações homossexuais: a face oculta da agressão na intimidade. **Psychologica**, 1, 2011.

COSTA, Milena Silva; SERAFIM, Márcia Luana Firmino; NASCIMENTO, Aissa Romina Silva do. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012, **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 24, n. 3, jul.-sep. 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAY, V. P.; TELLES, L. E.; ZORATTO, P. H.; AZAMBUJA, M. R. F.; MACHADO, D. A.; SILVEIRA, M. B.; DEBIAGGI, M.; REIS, M. G.; CARDOSO, R. G.; BLANK, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria (online)**. Rio Grande do Sul, abr. v. 25, n. 1, p. 9-21, 2003.

DIAS, Isabel. **Violência na Família. Uma abordagem Sociológica**. Porto: Edição Afrontamento, 2004.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei Nº 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2.ed., São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2010.

DOMENACH, J. M. **La Violencia**. In: La violencia y sus causas. Paris: Unesco, 1981.

DORON, Roland ; PAROT, Françoise. Dicionário de Psicologia, Climepsi Editores Lisboa, 2001.

FERRAZ, M. I. R.; LACERDA, M. R.; LABRONICI, L. M.; MARLTUM, M. A.; RAIMUNDO, M. L. O cuidado de enfermagem a vítima de violência doméstica. **Congitare Enferm.**, v. 14, n. 4, out./dez. 2009.

FONSECA, Jorge Carlos. **Estudos sobre a proteção às vítimas de crimes Violentos (em Particular as Mulheres)**. Relatório provisório. Praia: AMJ, 2002.

FURTADO, Clementina Baptista de Jesus. Género em Cabo Verde: uma análise de estudos e sua integração nos manuais escolares. In: Reunião Equatorial de Antropologia – REA e Reuniões de Antropólogos Norte e Nordeste – ABANNE, Maceió, Alagoas. Anais da Reunião Equatorial de Antropologia – REA e Reuniões de Antropólogos Norte e Nordeste-ABANNE, Maceió: UFAL, 2016.

GARCIA, M. V.; RIBEIRO, L. A.; JORGE, M. T.; PEREIRA, G. R.; RESENDE, A. P. Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 11, p. 2551-2563, nov. 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed., São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAUJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paul. Enferm**, v. 20, n. 4, p. 504-508, out./dez. 2007.

GROSSI, M. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. **Sexualidade, Gênero e Saúde**. v. 2, n.4, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Característica da vitimização e do acesso à justiça no Brasil**, PNAD2009, 2009.

ICF. Instituto da Condição Feminina. **Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género 2005 – 2009**. Praia: 2005

ICIEG. Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade do Género. **Relatório de Avaliação e Atualização do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade do Género (2005-2011)**, Praia Cabo Verde, 2008.

INE. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. **Censo 2010**, 2010.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e Números**, 2008.

JOHNSON, D. M.; ZLOTNICK, C.; PEREZ, S. Cognitive behavioral treatment of PTSD in residents of battered women's shelters: Results of a randomized clinical trial. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 79, p. 542–551, 2011.

JONG, L. C.; SADALA, M. L. A.; TANAKA, A. C. D'A. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 42, n. 4, dez. 2008.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, C. P. **Noções de Probabilidade e Estatística**. São Paulo: EDUSP, 2011.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, p. 604-610, 2006.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2007.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

MOURA, L. B. A.; GANDOLFI, L.; VASCONCELOS, A. M. N.; PRATESI, R. Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. **Revista de Saúde Pública**, v.43, n. 6, São Paulo, dez. 2009.

MOURÃO, B. M. **Violência contra a mulher: conceito válido?**. In: R. S. LIMA; J. L. RATTON; R. G. AZEVEDO (orgs.), **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 285-291, 2014.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Violência contra a mulher e saúde no Brasil**. Estudo multipaíses da OMS sobre saúde da mulher e violência doméstica, 2004.

OSIS, M. J. O.; DUARTE, G. A.; FOLANDES, A. Violência entre usuárias de unidade de saúde: Prevalência, Perspectiva e conduta de gestores e profissionais. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 2, p. 351-8, 2012.

OSÓRIO, Victor Adolfo de Pinto. **Vencendo Barreiras**. Praia: ICF, 1999.

PITILLI, A. **Violência na intimidade em relações entre pessoas do mesmo sexo**. In: VIGGIANI, g. **Violência doméstica e em contexto do trabalho sexual contra mulheres LBT na União Europeia**. Portugal. p.10-23, 2016.

RABELLO, P. M.; JUNIOR, A. F. C. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 6, p. 970-8, 2007.

RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; PAMPLONA, Vanessa Mayara Souza; REIS, Cássio Pinho dos; ALMEIDA, Silvia dos Santos de; Araújo, ADRILAYNE dos Reis. Perfil das vítimas de crimes contra a mulher na Região Metropolitana de Belém, **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 5, 8.ed., p. 172-192, fev/mar 2011.

RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior. **A Violência Física Contra a Mulher na Cidade de Manaus**. Manaus-AM. Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
Revista Jurídica, v. 55, n. 351, p. 209, 2007.

ROCHA, Maria Goreti Góes da. **As limitações da lei Maria da Penha em seu aspecto repressivo Frente à violência conjugal: a experiência da Delegacia de Crimes Contra a Mulher de Macapá/AP**. 2013. Dissertação, 136p. (Mestrado em Segurança Pública). PPGSP. IFCH. UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2013.

RODRIGUES, Marlene Braz. **Corpo, Sexualidade e Violência Sexual**, CPIHTS/VERAS, Lisboa, 2007.

ROMERO, Emílio. **As formas de sensibilidade: emoções e sentimentos da vida humana**. 5.ed., São Paulo: Della Bídia Editora, 2011.

SAGIM, M. B.. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

SALÚSTIO, Dina. **Violência Contra as Mulheres**. Praia: ICF, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. In: HEILBRUN, Carolyn G., MILLER, Nancy K. *Gender and the Politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.

SILVA, Andrey Ferreira da; LIMA, Vera Lúcia de Azevedo; SOUZA, Cristiane Nazaré Pamplona de; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; PEREIRA, Álvaro. Violência contra a mulher no município de Belém narrada pela mídia paraense. In: CHAGAS, Clay Anderson Nunes; GALVÃO-BAPTISTA, Marcelo Quintino; CANAAN-OLIVEIRA, Silvia Moraes (Orgs.). *Segurança Pública: diagnóstico, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação*, Praia: Edições Uni-CV, Cabo Verde, p. 255-267, 2016.

SILVA, Carmelita. **Relações de poder e resistência: Práticas de violência contra as mulheres na intimidade**. In: FURTADO, Cláudio; VIEIRA Miriam, *Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde*, Edções Uni-Cv e editora UFRGS, v. 3, 2015.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**. In: MORAES FILHO, E. (org.), *Simmel*. São Paulo, Ática, p. 122-134, 1983.

SIRVINSKAS, L. P. Aspectos polêmicos sobre a Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

SOARES. B. M. A conflitualidade conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social**. v. 5, p. 191-220, 2012.

TAVARES, Armindo Gomes. **Violência doméstica participada à polícia de segurança pública: estudo exploratório sobre perspectivas de implementação da mediação familiar na Polícia de Segurança Pública**. 2011. Dissertação, 159 p. (Mestre em Ciências da Família – Especialização em Orientação e Mediação Familiar). Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, Portugal, 2011.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 10.ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WHALEY, L. F.; WONG, D. **Enfermagem pediátrica: elementos essenciais a intervenção efetiva**. 2.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 910p.

ZAIDAN, P. Testemunhas da violência. **Cláudia**, São Paulo, p. 168-171, mar. 2007.

APÊNDICE A

TRANSCRIÇÃO EM CRIOLO DAS ENTREVISTAS DE VÍTIMAS VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS NA CIDADE DA PRAIA NOS BAIRROS ACHADA SANTO ANTÓNIO E TERRA BRANCA

Caso de Arminda – 1

Mi cu Montero dja nu tem novi anu ta vivi dibaxu di mesmu tetu. Nnu tem dós fidju, tudo menor di idade. No mora kuartu anu na renda, dja nu tem cinku ano moradu na nôs kaza propi. El ê ta trabadja pa conta própru, mi ê funcionária. Depôs k nu mora na nôs kaza, Montero ranja otu mudjer, ê passa ta dormi dós, três dia fora de kaza, sem da ningem satisfason. Horas kê txiga ê ta komesa logu na konfliktu sen razon. Tem dós anu ki situason bira insuportável, pamodi ê bira a agresivu físicamente na presença di meninus, depôs ê ta measam ma sin bai queixa ê ta kaba ku mi dun bês. Onti n´bai um festa na Sidade Velha, djuntu ku nhas amiga e kulega di trabadju, el ê staba també, ma ê ka papia ku mi. Djê tinha três dia kê ka ta durmia na kaza, enton kel dia ê resolve bem pa kaza. Ê txiga, ê ka papia ku mi, ê pegan na kabelu, ê da-n um soku na kabesa, ê xuta-n, depôs é fla-n “puta di merda” bu ta bai festa sen bu fla-n, inda ku garafa di serveja na mô na meu di públiku. Sai di nha kaza, antes di-n mata-u. Nka sa ta guenta más, n´ben prezenta kexa y n´krê separason (Arminda – 33 anos).

Kasu di Victória – 2

Dja nu ten dizanovi anu di konvivensia e dizaseti moradu djunto. Nu ten kuartu fidju, un maior y otu tudo menor di idade. Djony ê vigilante, mi é vendedera ambulanti. ku tudo esforso e ku ajuda di familia, nu fazi nôs kaza ki ten dós pisu, un s´ta na renda, ma el ki ta recebi. Tem cinku anu ki Djony começa ta bebi, ti ké fika moku. Djê kustuma falta trabadju. Mês pasadu ê toma un mês de féria, ê bebi tudo dia. N´txiga de bai panha-l na txon, mi ku nhas fidju, uns kuartu ô cinko bês. Ô ki-n da-l konsedju pê ka bebi, ê ta fla-n ma mudjer ka ta manda na el, inda ê ta txoma-n de mau palavra “puta, trivida”, e ê kontínua ta bebi, ta txiga noti, txero de bibida ka ta dexa-n durmi. N´panha un kulxon n´pasa ta deta na kuartu djunto ku nôs fidja de kinzi anu de idade. Onti pa volta di dós ora di madrugada, Djony bai na porta de kuarto undi n´staba detadu na sonu, ê rabenta-l ku un xutu, ê entra, é da-n um xuto pa-n, labanta, ê pintxa-n na parede ê da-n un bafatada, nha fidja labanta ta grita, ê fla-l pê kala boka si nou mê ta panha tanbê, depôs é fla-n “puta di merda, modi ki bu ta deta djunto ku mi, si bu teni otu omi. A partir de oji si bu ta deta fora di nôs kuartu, bu podi ruma bus lixus bu bai mora ku omi ki bu teni”. N´bem regista

kexa y n'kré k kenha é di direitu pa toma medida artis ki pior kontici, pamodi ê ta toma moku, ê podi torna sota-n, y n'podu perdi kabesa ku el (Vitória- 37 anos).

Kazu Vicente – 3

Mi ku Julia nu ta vive djuntu kuazi onzi anu, nu ka ten fidju en kumum, ma mi n'ten um fidju y el ê ten dôs fidju artis di nôs relasionamentu. Mi ê estivador, el ê funsionária, ma é komesa ta trabadja, tem poku tenpu. Artis era sô mi k ta trabadjaba. Tudo staba un maravilha. Ê tinha un txon klandistinu, ê fla-n ma era midjor nu construiba dôs kuarto sô pa nu sai di renda, ma depôs nu ta fazi kelotu parti poku a poku. N'seta si pididu. Dja ten três anu ki nu mora na nôs kaza. Si dôs fidu ta mora ku nôs, ma ora ki-n ta mostra-l vontade di toma di meu, ê ta fla-n pa kada mai kria si fidju. Daí kuzas komesa ta konplika. Tem un anu Julia bai fazi un kursu profesional y ê komesa trabadja, ten uns nove mê. Desdi kê komesa trabadja, ê pasa ta fla-n ma kaza ê so di sel ku ses fidjus y ê ta buska so konflitu. Simana pasada n'bai kaza di nha irmon, nu fika ta juga oril. Pa volta di vinte e três ora, n'volta pa kaza. N' meti txabi na porton, ma ka abri pamodi ê tranca-l ku un feru grandi. Enton n'subi pa terasu, n'entra pa kaxa di skada, komu n'ka krê problema, n'bem pa kês kuza ka kontese más. (Vicente – 49 anos).

Kazu José – 4

Mi ku Miriam nu manora durante três anu, na momentu ki-n bai pa kursu fora di país. Dês namoru y relacionamentu, ê fika grávida di três mê. Logo dipôs ê pasa féria ku mi na stranjeru. Tudo staba numa boa. Dipôs ki nôs fidju nasci, n'ben pa Cabo-Verde, undi nu regista nôs fidju y n' volta pa-n bai termina nha kursu, ku kompremisu ma n'ta volta na fim di kursu pa nu ben kria nôs fidju djuntu. Anu pasadu n'ben de féria, Miriam komesa ta mostra-n inkonviniência. Assim n'tive ki recore a kuradoria di menor pa-n podi odja nha fidju y n'fika determinadu modi ki-n ta odja nha fidju. Dja-n tem kuazi trinta dia ki n'sta na Cabo-Verde y n'ta volta pa stranjeru na princípriu di Janeru, y inda n'ca odja nha fidju nenhum bê. N'sta pidi nhós apoio, pa nhós djuda-n resolvi kel asuntu li sen agravamentu di problema. (José – 26 anos).

APÊNDICE B

TRANSCRIÇÃO EM PORTUGUÊS DAS ENTREVISTAS DE VÍTIMAS VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS NA CIDADE DA PRAIA NOS BAIRROS ACHADA SANTO ANTÔNIO E TERRA BRANCA

Caso Arminda -1

Eu e o Monteiro, já vivemos juntos debaixo do mesmo teto há nove anos. Temos dois filhos menores de idade. Moramos há quatro anos de renda, há cinco anos que moramos na nossa casa própria. Ele (Monteiro) trabalha por conta própria, eu sou funcionária.

Quando viemos morar na nossa casa, o Monteiro arranjou outra mulher e passou a dormir dois, três dias fora de casa, sem dar satisfação a ninguém. Quando chega à casa, começa logo o conflito, sem razão. Há dois anos que esta situação se torna insuportável, porque ele se torna agressivo fisicamente, na presença das crianças. Ele ameaça-me, dizendo que se eu me for queixar, ele acaba comigo. Ontem fui a uma festa na Cidade Velha com as minhas amigas e colegas de trabalho. Ele estava lá também, mas não me dirigiu a palavra. Havia três dias que não dormia em casa e nesse dia resolveu vir para casa. Chegou, não falou comigo, pegou-me pelos cabelos, deu-me um soco na cabeça, chutou-me e depois disse-me: “Putade merda”, tu vais a uma festa sem me dizer e ainda com uma garrafa de cerveja nas mãos, no meio de tanta gente. Sai da minha casa, antes que te mate. Não aguento mais, vim apresentar queixa e quero a separação. (Arminda 33 anos)

Caso Victória – 2

Já convivemos há dezanove anos e dezessete anos morando juntos. Tenho quatro filhos, um maior e os outros todos menores. Djony é vigilante, eu sou vendedeira ambulante. Com todo o esforço e com ajuda da família, construímos uma casa com dois pisos. Um encontra-se arrendado, mas ele quem recebi a renda. Há cinco anos que o Djony começou a beber, até se embriagar e costuma faltar o trabalho devido bebidas. No mês passado ele tomou um mês de férias e bebeu durante o dia. Cheguei a apanhá-lo no chão eu e os meus filhos umas quatro ou cinco vezes. Quando lhe dou conselho para que não bebesse, ele dizia-me: mulher não manda em mim. Ele chama-me de “puta, atrevida”, e continua a beber, a chegar a casa muito tarde, cheirando a bebida que não me deixa dormir. Passei a dormir no quarto da nossa filha de quinze anos. Ontem por volta das duas horas de madrugada, Djony foi à porta do quarto onde eu estava deitada adormir, arrebentou a porta com um ponta pé, entrou, deu-me um ponta pé para me levantar, ele empurrou-me para a parede, deu-me uma bofetada. A nossa filha levantou-se a

gritar. O Djony disse-lhe que não gritasse, porque também apanhava e disse-me: “puta de merda”, como é que te deitas comigo, se tens outro homem. A partir de hoje se te deitas fora do nosso quarto, podes arrumar os teus lixos e vai morar com o homem com quem estás. Vim registar esta queixa, para quem de direito possa tomar medidas, antes que aconteça o pior porque ele embebeda-se e pode voltar a agredir-me e eu posso “perder a cabeça”. (Viktória 37 anos).

Caso Vicente-3

Eu e a Julia vivemos juntos, há 11 anos. Temos um filho em comum. Eu tenho um filho e ela tem dois, antes do nosso relacionamento. Eu sou estivador, ela é funcionária, mas começou a trabalhar há pouco tempo. Antes só eu trabalhava. Tudo era uma maravilha. Ela tinha um chao clandestino e ela disse-me que era bom construirmos dois quartos para que pudéssemos sair da renda e que depois fazíamos a outra parte, pouco a pouco. Aceitei o seu pedido e há 3 anos que morramos na nossa casa. Os dois filhos dela morram com mosco, mas, quando mostro a vontade de tomar o meu filho, ela diz sempre que cada mãe crie o seu filho. Ai, as coisas começaram a complicar-se. Há um ano que a Julia foi fazer um curso profissional e começou a trabalhar há 9 meses. Desde que começou a trabalhar passou a dizer-me que a casa é dela e dos seus filhos, procurando conflito. Na semana passada fui à casa do meu irmão e jogamos oril. Cerca de 23 horas, regressei à casa, meti a chave na porta não consegui abri-la, pois ela trancou-a com um ferro grande. Subi pelo terraço, entrei pela caixa de escada. Como não quero problemas, vim queixar-me para que essa situação não continue (Vicente- 49 anos).

Caso José-4

Eu e a Mirian namoramos durante 3 anos, quando fui fazer o meu curso, fora do país. Deste relacionamento ela ficou grávida de 3 meses logo depois ela foi passar férias comigo no estrangeiro tudo numa boa. Depois do nascimento do nosso filho, regressei para Cabo Verde, onde registamos o nosso filho. E regressei para terminar o meu curso, com o compromisso de que voltava no fim do curso, para virmos criar o nosso filho juntos. No ano passado vim de férias e a Mirian começou a mostrar-me inconveniências. Assim, tive que recorrer à curadoria dos menores para que pudesse ver o meu filho, tendo ficado determinada a forma de o ver. Já estou em Cabo Verde há quase trinta dias e vou regressar para o estrangeiro nos primeiros dias de Janeiro e ainda não vi o meu filho. Peço-vos que me ajudem a resolver este assunto sem agravamento deste problema, (José 26 anos).

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA: GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Pesquisa sobre Violência entre Parceiros Íntimos na Cidade da Praia: os casos dos bairros Achada Santo António e Terra Branca.

Questionário nº: _____

Data da Entrevista: ___/___/___

Entrevistador: _____

GUIÃO DE ENTREVISTA

Vimos solicitar a sua colaboração num estudo que tem como objetivo analisar a situação da violência doméstica “violência doméstica – contra parceiros íntimos” na cidade da Praia, nas zonas de Achada Santo António e Terra Branca. A sua resposta é fundamental e, é neste contexto que te pedimos para preencher o seguinte questionário. O mais importante é que responda a todas as questões o mais honestamente possível. Todas as respostas serão anónimas e confidenciais e não consequências pela recusa em participar. Agradecemos a sua colaboração, assim como a sua disponibilidade.

I. DADOS DEMOGRÁFICOS

1. Idade _____ anos
2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a)
 () Separado(a) / Divorciado(a) () Viúvo(a)
4. Habilitações literárias:
() EBI incompleto () EBI completo () EMI () EMS () EU
5. Profissão: _____
6. Natural da freguesia de: _____ Concelho de: _____
7. Residência: _____
8. Religião: () Sem religião () Católica Outra _____
9. Nível da prática religiosa: () Não praticante () Irregular () Regular

II. QUESTÕES

1. Há quanto tempo dura o vosso relacionamento afetivo/amoroso? Colocar um X
 - a) Até 1 ano ()
 - b) Até 3 anos ()
 - c) Mais de 3 ()
 - e) Outros: _____
2. Como era a fase do vosso namoro? _____
3. Foi imposto algum tipo de mudança pessoais (vestuários e social)?

4. Havia algum tipo de conflito durante o vosso namoro? _____
5. Com que frequência? _____
6. Moram juntos a quanto tempo? _____
7. Quem tomou a iniciativa de morar juntos / casar? _____
8. Quem tomava decisões do casal? _____
9. Como é que o seu esposo (a), companheiro (a), parceiro (a) fala consigo?

10. Alguma vez tentou romper com o agressor (a)/tentou sair de casa?

11. Têm filhos? Sim () Não ()
12. Se sim, quantos? _____
13. Qual é a idade dos filhos? _____
14. Qual o nível académico dos mesmos? _____



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA: GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Pesquisa sobre Violência entre Parceiros Íntimos na Cidade da Praia: os casos dos bairros Achada Santo António e Terra Branca.

Questionário n.º: _____

Data da Entrevista: ___/___/___

Entrevistador: _____

15. Tem algum filho que não seja do seu (a) companheiro (a)? Se sim, como tem sido a sua coabitação? _____
16. Como tem sido a relação dele (a) com os filhos?

17. Alguma vez foi vítima de violência conjugal? _____
18. Que tipo de violência? _____
19. Como é que tudo começou? _____
20. Aonde aconteceu a violência? _____
21. A partir de quanto tempo do relacionamento? _____
22. Há quanto tempo começou a violência? _____
23. Como reagiu no momento da violência? _____
24. Como se sente perante a sua reação? _____
25. A agressão é unilateral ou mutuamente? _____
26. Ele (a) persiste na ação da violência? _____
27. Os filhos têm presenciado alguma vez as vossas brigas? Sim (). Não ()
28. Se sim, como reagiram? _____
29. Separou-se alguma vez do seu parceiro (a) por causa da violência?
Sim (). Não ().
- Se sim, foi difícil tomar esta decisão? _____
30. Como ficou o seu relacionamento com o (a) agressor (a), após à violência?

31. Porque acha que foi agredido (a)? _____
32. Alguma vez foi forçado (a) a ter relação sexual, ou seja, teve relação sexual com o/a seu (a) parceiro (a) contra a sua vontade? _____
33. Das violências de que foi vítima, qual considera a mais grave? _____
34. Alguma vez fez a denúncia da violência de que foi vítima? _____
- Se sim, em que instituição? (Assinala com X)
- () Policia
- () Ministério Público
- () Outra: qual? _____
- Foi da sua livre e espontânea vontade e iniciativa que apresentou a denúncia? Sim ()
- Não (): foi motivado (a) por quem? _____
35. A sua denúncia já foi resolvida? _____
36. Você confia no sistema da justiça? Nuna () Às vezes () Sempre ()
37. Tem conhecimento da lei de VBG? Sim (). Não ().
- Se sim, como? _____
38. O que espera desta nova lei? _____



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
 HUMANAS
 CURSO DE MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA:
 GESTÃO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE
 CONFLITOS
 Pesquisa sobre Violência entre Parceiros
 Íntimos na Cidade da Praia: os casos dos
 bairros Achada Santo António e Terra
 Branca.

Questionário n.º: _____

Data da Entrevista: ___/___/___

Entrevistador: _____

39. Na sua opinião, qual é o motivo da violência? (Coloque um X dentro do quadradinho que considera o motivo da violência: caso não corresponde a nenhum dos indicados, aponta outros, “que motivo”).

- Uso de bebidas alcoólicas
- Uso da droga
- Auto defesa
- Ciúmes
- Desconfiança
- Traição
- Outros _____

40. Tende algumas sequelas (física ou psicológica) devido às violências sofridas?

41. Se sim, essa sequela impede – o (a) de trabalhar? _____

42. Qual é a renda mensal da família? _____

43. A casa onde moram é arrendada? _____

44. Se sim, quanto pagam o arrendamento? _____

45. Quem custeia o arrendamento? _____

46. Se não, a casa foi construída por ambos? _____

47. Recorreram ao empréstimo bancário? _____

48. Se sim, quanto pagam mensal? _____

49. Há quanto tempo viveu neste Bairro? _____

50. Sempre viveu nesta zona? _____